

As nacionalizações e a oposição ao Estado Novo

Este artigo historia aspectos do processo de radicalização anticapitalista da oposição ao Estado Novo durante os quinze anos finais do regime. Avalia a receptividade que nas diferentes famílias políticas oposicionistas encontraram propostas como a liquidação dos «monopólios», a nacionalização dos sectores básicos, a socialização dos meios de produção e a planificação da economia. Põe deste modo em relevo alguns antecedentes das nacionalizações ocorridas após o 25 de Abril, sem perder de vista a tradição de intervencionismo económico que o Estado Novo durante meio século tanto fortaleceu e de que impregnou a cultura política portuguesa. Constitui a parte introdutória de um trabalho sobre as nacionalizações de 1975.

1. SOCIALISTAS, COMUNISTAS E LIBERAIS NO PERÍODO FINAL DO ESTADO NOVO

Em Novembro de 1964, em Genebra, os socialistas Manuel Tito de Morais, Mário Soares e Francisco Ramos da Costa fundavam discretamente a ASP — Acção Socialista Portuguesa, «núcleo polarizador» de que viria a sair nove anos mais tarde, em 1973, numa reunião de militantes realizada na Alemanha, o Partido Socialista¹. A ASP sucedia aos esforços durante anos empregados para dar vida a uma organização de oposição ao regime salazarista denominada Resistência Republicana (e Socialista), projecto e rótulo

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

¹ Em 1964 Soares vivia em Lisboa, Ramos da Costa em Paris e Tito de Morais em Argel. Ao contrário dos primeiros, antigos membros do PCP, Tito de Morais nunca se filiou, mas, segundo Soares, «sempre se considerou um *compagnon de route* dos comunistas» (v. M. J. Avillez, *Soares — Ditadura e Revolução*, Lisboa, 1996, p. 147).

então abandonados². No pós-guerra tinham falhado outras tentativas no sentido da reorganização em Portugal de um partido socialista³, forçosamente clandestino nas circunstâncias do regime autoritário, congregando sectores oposicionistas que iam desde elementos da esquerda republicana até dissidentes do PCP e marxistas sem partido. Com a formação da ASP consumava-se a autonomização no campo da oposição a Salazar de uma corrente declaradamente socialista, que abria o seu caminho demarcando-se simultaneamente dos comunistas e da oposição mais moderada, dita liberal, então representada pela ADS — Acção Democrato-Social.

Este último agrupamento, a que Mário Soares e outros elementos da sua roda chegaram a estar ligados em representação da Resistência Republicana e Socialista, anunciara a sua formação em 1963, sob a liderança de Mário de Azevedo Gomes, Francisco da Cunha Leal e outros, não obtendo, naturalmente, reconhecimento formal por parte do poder. A ADS dava sequência directa ao Directório Democrato-Social, núcleo oposicionista existente desde os anos 50 e que o regime parecia quase tolerar, integrado por venerandas figuras de republicanos históricos e democratas não comunistas, como Mendes Cabeçadas, Hélder Ribeiro, Jaime Cortesão e António Sérgio⁴.

Em 1960-1961 fora praticamente sob a égide do referido Directório que se elaborara o *Programa para a Democratização da República*, o qual iria permanecer a referência programática da oposição moderada naquela década⁵, não impedindo, todavia, que dezenas de subscritores seus tivessem sido detidos e interrogados pela polícia política. Nenhum comunista subscreveu o documento, que viria a ser fustigado num escrito de Álvaro Cunhal como programa burguês, envelhecido e desactualizado, em alternativa ao qual o PCP erigira a sua «revolução democrática e nacional», cândida designação de um atalho em linha recta para a construção do socialismo. Entre os signatários do *Programa* figuravam, contudo, Mário Soares, Salgado Zenha, Ramos da Costa, Piteira Santos e outros que não correspondiam à imagem

² Mais prosaicamente do que o nome sugeria, a Resistência Republicana (a que às vezes se acrescentava *e Socialista*) foi a etiqueta que um grupo de notáveis republicanos e socialistas usou em ocasiões como a participação, em 1962-1965, na Frente Patriótica de Libertação Nacional. A Resistência Republicana declarava não ser um partido nem pretender vir a sê-lo.

³ É de destacar, logo em 1944-1945, a criação da União Socialista, a que se fará referência neste artigo. Sobre outras tentativas, v., por exemplo, M. Soares, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, 1974, p. 529.

⁴ A designação de *Directório* sobreviveu, quer aplicada por inércia à sua sucessora ADS, quer como nome do órgão dirigente desta, que era composto por cinco elementos.

⁵ Francisco da Cunha Leal, figura destacada do quadrante mais moderado da oposição a Salazar, terá tido papel preponderante na redacção da primeira versão do documento (entrevista com Artur da Cunha Leal).

de velhos republicanos liberais, esclerosados ou não, que Cunhal por aqueles anos tentou dar dos subscritores⁶.

Foi a ADS o agrupamento que maior fidelidade manteve à linha moderada do Directório Democrato-Social e à plataforma oposicionista do *Programa para a Democratização da República*. Sob a presidência de Cunha Leal, de 1965 até à morte deste, em 1970, a ADS representou a ala mais conservadora da oposição republicana. O seu conservadorismo media-se, todavia, não relativamente ao *status quo* estadonovista, mas em relação à restante oposição esquerdizada. Descontada a sua irredutibilidade quanto ao restabelecimento dos direitos e liberdades fundamentais em Portugal, a posição da ADS caracterizava-se por uma grande moderação em matéria de política económica e social, não se lhe divisando uma orientação propriamente anticapitalista. Em coerência com essa linha reformista, era ponto firme a sua recusa de caminhada conjunta com os comunistas, no que divergiam irremediavelmente dos socialistas.

Embora tivesse começado em 1963 com perto de 1000 apoiantes, número muito considerável para as circunstâncias da época⁷, a ADS foi-se revelando a partir de 1965 uma organização de débil activismo e reduzida base de apoio, ilustrando o crónico dilema da relação dos demoliberais com o regime salazarista. Com efeito, a eventual moderação doutrinária de um sector oposicionista sob Salazar, não lhe trazendo dividendos sob a forma de direitos de organização e participação política nem chegando a ser muito compensadora sob outros aspectos (os moderados eram apenas tendencialmente menos perseguidos pelo regime), também não exercia especial atracção ou efeito mobilizador sobre a massa dos descontentes com o regime, especialmente as camadas jovens⁸.

O *Programa para a Democratização da República*, surgido em 1961 num raro contexto de crise do regime de Salazar e de plausível preparação da oposição para o pós-salazarismo, dava sinais de rejeitar a via colectivista ou estatizante, parecendo ansiar por uma transição irreversível, mas tão suave quanto possível, para a democracia. O *Programa* era essencialmente desenvolvimentista, revelando o seu pendor social ao colocar a tónica na «distribuição mais equitativa do rendimento nacional» e num crescimento económico apoiado na subida dos níveis de consumo da população. Preconizava também, em jeito de compromisso com os subscritores do documento situ-

⁶ A. Cunhal, *Acção Revolucionária, Capitulação e Aventura*, Lisboa, 1994. Escrito em 1967, nas vésperas da sucessão de Salazar, este longo «ensaio» da autoria do líder do PCP esperou 27 anos por publicação. Contém uma crítica sistemática às restantes forças da oposição, ilustrando o clima de desconfiança e hostilidade existente entre o PCP e todas elas.

⁷ D. L. Raby, *A Resistência Antifascista em Portugal (1941-1974)*, Lisboa, 1988, p. 256.

⁸ Este dilema foi bem sentido por Mário Soares (v. *Portugal Amoraçado*, cit., pp. 525-526).

ados mais à esquerda, o «estreito controle» dos *monopólios*, precisando que deveriam ser abolidos aqueles que tivessem resultado de «mero favoritismo político ou administrativo» e encarando medidas de regulação dos preços e de fiscalidade adequadas para quando se verificassem «situações monopólicas ou oligopólicas», além de propor nova regulamentação da actividade bancária e das sociedades anónimas.

Estas medidas não se inscreviam, porém, numa estratégia inequivocamente anticapitalista — como, de resto, os comunistas prontamente denunciaram. No supracitado relatório de Cunhal, redigido em 1967, o dirigente do PCP alega que o termo *monopólios* era utilizado pelo bloco liberal-socialista signatário do *Programa para a Democratização da República*, não no sentido em que os comunistas o usavam, ou seja, em referência genérica aos grandes grupos económicos, mas no sentido clássico de empresas gozando de direitos exclusivos ou privilégios políticos em qualquer ramo de actividade⁹. Ora o emprego pelos liberais do conceito clássico em detrimento do conceito ideológico dos comunistas significava, segundo Cunhal, que os «monopólios» (isto é, os grandes grupos económicos) eram colocados pelo *Programa* a salvo das medidas «antimonopolistas» (isto é, expropriadoras do grande capital) que o PCP propunha para eles. De facto, as medidas de controle dos monopólios inscritas no *Programa para a Democratização da República* não só não visavam acabar com os grupos económicos, como — numa possível leitura mais liberal do que socialista do documento — poderiam mesmo proporcionar condições para o restabelecimento da concorrência em alguns sectores até então «fechados» pela política salazarista de condicionamento industrial e, com isso, conferir uma nova dinâmica à economia de mercado em Portugal. O verdadeiro alvo do programa liberal-socialista de 1961 eram os preços de monopólio e os lucros excessivos acumulados à sombra do privilégio governamental (e das barreiras alfandegárias, note-se), não o sistema capitalista ou a concentração económica em si próprios.

Longe de reflectir neste último aspecto uma atracção nostálgica por estruturas económicas e empresariais ultrapassadas, o *Programa* reconhecia que a concentração em muitos casos se tornava indispensável por razões técnicas ou de mercado e propunha que, futuramente, sob a alçada de um governo democrático, se realizassem fusões de empresas, conferindo-se aos conglomerados resultantes — certamente por via da tomada ou do aumento da participação do Estado no respectivo capital — o estatuto de empresas de «economia mista». O programa da oposição abandonava aqui a sua anterior

⁹ O remédio para uma situação de concentração excessiva ou de monopólio, no sentido clássico do termo, seriam medidas *antitrust*, e não uma política *antimonopolista*, no sentido anticapitalista que o PCP lhe dava. Curiosamente, Mário Soares não fazia por vezes diferença entre os termos *antitrust* e *antimonopolista*, usando-os como sinónimos ou jogando deliberadamente com a ambiguidade do segundo.

preocupação de combate às situações monopolísticas ou oligopolísticas, as quais, segundo ficava implícito, só seriam nefastas para o país e só deveriam ser abolidas quando ocorressem no sector privado, parecendo então fatalmente resultar de «favoritismo político ou administrativo».

Protegidos no interior, os eventuais monopólios de «economia mista» a criar também não teriam de se preocupar muito com a concorrência externa. Com efeito, o *Programa* omitia completamente pronunciar-se sobre a política a adoptar em face do processo de integração económica europeia então a ensaiar os seus primeiros passos, não fazendo qualquer alusão ou comentário — favorável, contrário ou neutro — à adesão de Portugal à Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA), consumada um ano antes, em 1960, nem se pronunciando sobre a opção alternativa de adesão à CEE. Tal omissão, que hoje parecerá insólita, reforçava a nota proteccionista e autarcizante, essa sim passadista, das concepções inspiradoras do documento da oposição, em aparente recuo até sobre a atitude de abertura à Europa, no domínio das trocas comerciais e do investimento estrangeiro directo, que iria caracterizar a nova política do governo ao longo da década de 60 com o ministro Correia de Oliveira¹⁰. De futuro, a oposição preencherá essa lacuna, mas não obrigatoriamente no sentido de defender a integração económica europeia de Portugal. A oposição anticapitalista, incluindo os socialistas mais radicais, torcerá o nariz ou opor-se-á abertamente à adesão de Portugal à CEE, a «Europa dos monopólios», como o PCP a nomeava. Excepções mais notáveis serão o economista Pereira de Moura, que até ao *25 de Abril* divergirá sempre dos seus aliados comunistas na apreciação das vantagens e desvantagens da integração de Portugal na Europa, e Mário Soares — que, embora claramente favorável ao Mercado Comum, defendia que Portugal só deveria aderir, qualquer que fosse a modalidade de associação, depois de o país se dotar de instituições democráticas.

Em todo o *Programa para a Democratização da República* apenas a projectada criação na indústria, com alegado carácter «sistemático» e não meramente supletivo, de empresas de economia mista, ainda que referidas de forma vaga, permitia detectar uma posição favorável à participação do Estado no capital do sector produtivo. Seria, todavia, arriscado concluir que o *Programa* liberal-socialista de 1961 adoptou nesse capítulo uma orientação marxizante.

Abrindo aqui um parêntese, deve notar-se que o Estado Novo, em contradição real ou aparente com a sua jura inicial de renunciar a «intervir

¹⁰ Figura destacada do governo de Salazar nos anos 50-60, Correia de Oliveira foi o artesão da entrada de Portugal para a EFTA, que, como solução transitória, considerava preferível e vantajosa para o país, na impossibilidade de uma adesão ao Mercado Comum, prematura e inviável por uma multiplicidade de razões políticas e económicas (v. J. Correia de Oliveira, *Portugal e o Mercado Europeu*, SNI, Lisboa, 1963).

directamente na gerência das actividades económicas»¹¹, há muito seguia uma política de tomada de capital em grandes empreendimentos privados, quase sempre associada à concessão de condições favoráveis ao seu lançamento ou de protecção do mercado, como forma de os promover, apoiar o seu financiamento e supervisionar o seu funcionamento. Atingir-se-ia desse modo o ano de 1974, vésperas do 25 de Abril, com uma carteira de participações estatais que, juntamente com as empresas públicas que desde 1966 começavam a ser formalmente constituídas, faziam do «grupo económico Estado» — chamemos-lhe assim — o primeiro do país¹².

Não constituíam, além disso, os organismos de coordenação económica, o sistema de condicionamento industrial e, até certo ponto, a organização corporativa propriamente dita gigantescos instrumentos de intervenção económica do Estado autoritário, comparáveis, pelo menos em alguns dos seus efeitos, aos do planeamento e direcção centralizada da economia nos países comunistas? É ilusória a visão do Estado Novo como mero financiador passivo e *sleeping partner* nas empresas participadas, no quadro de uma hipotética «submissão» aos grupos económicos, pois, correspondendo isso só muito parcelarmente à realidade dos factos, parece obnubilar o que foi o avassalador intervencionismo económico do Estado sob Salazar¹³.

¹¹ Princípio proclamado na Constituição e no Estatuto do Trabalho Nacional, em nome da recusa do socialismo e da independência do poder político. Na conferência «Conceitos económicos e sociais da nova Constituição» (1933), Salazar explicou a sua oposição a que se confiasse ao Estado qualquer actividade produtiva, fosse ela agrícola, industrial ou comercial. A «socialização crescente» a que então se assistia até em Estados fascistas não tinha para Salazar interesse económico ou outro, antes desafiava «todas as claras lições da experiência». Não se inferia daí, segundo ele, que o Estado não devesse ter um «pensamento económico», não devesse «dirigir superiormente a economia do país» ou não procurasse no aumento da riqueza geral a sua própria força e prosperidade. Salazar considerava *intervencionismo moderado* essa «direcção superior da economia», que, nas suas palavras, deveria situar-se a igual distância do «Estado polícia» liberal e do «Estado produtor» socialista. Na prática ulterior, o salazarismo consagrou um modelo de intervencionismo económico totalmente incompatível com o qualificativo de *moderado*, mas não renegou os propósitos anti-socialistas da Constituição e do ETN. A participação do Estado no capital de numerosas empresas não se traduziu em políticas de criação e gestão de um *sector público*, como o entendiam os adeptos da *socialização*. Por outro lado, a «decisiva influência económica» do Estado Novo exerceu-se por via administrativa ou «política», sem ter de se fundar directamente na qualidade de accionista do Estado, o qual, na grande maioria dos casos, não a tinha.

¹² É o que permitem concluir os números reunidos em 1976 por Ivo Pinho em «Sector público empresarial: antes e depois do 11 de Março», in *Análise Social*, n.º 47. Pinho sustentava, porém, que a falta de coordenação e de uma «gestão intencional» das participações do Estado não permitia que se falasse de um verdadeiro grupo económico.

¹³ À falta de uma obra de síntese sobre os múltiplos aspectos do dirigismo económico do Estado Novo nas suas diferentes fases, há, todavia, que referir os trabalhos fundamentais de Manuel de Lucena, Brandão de Brito, Fernando Rosas e J. Félix Ribeiro, entre outros. Em

Em obediência a um peculiar, mas rígido, princípio de supletividade da acção do Estado, o governo de Salazar recusou sempre ser *patrão* ou imiscuir-se directamente na gestão da produção e da actividade empresarial. A tomada de capital pelo Estado em certos empreendimentos era apresentada como uma medida de carácter supletivo e provisório, dada a insuficiência de iniciativa ou de capitais privados. O governo de Salazar nunca abdicou, porém, da chamada «direcção superior» da economia — orientação a nível global, regional, sectorial, etc., que podia ter pesadas repercussões na gestão da produção e na vida das empresas. Mas, se é certo que rejeitou sempre uma política socialista assente na colectivização da propriedade e na planificação global da economia, o regime de Salazar terá revelado outras afinidades com os regimes de economia socialista. Cunha Leal foi ao ponto de dizer, em 1953, que o governo de Salazar «subordinou a sua acção ao conceito socialista de que só o dirigismo estatal permite imprimir aos fenómenos económicos um desenvolvimento harmónico, não se atribuindo [em Portugal] à iniciativa individual o papel essencial que se lhe imputa nos Estados Unidos»¹⁴.

Voltando a 1961 e ao *Programa para a Democratização da República*, é de sublinhar que, embora ele não excluísse (como também não implicava) que as participações do Estado pudessem assumir a forma de controle maioritário, a declarada opção por empresas de economia mista significava desde logo a rejeição do modelo dito colectivista, baseado num sector público composto por grandes empresas nacionalizadas (ou seja, a nacionalizar), imperando sozinho nos sectores-chave da economia. Segundo todos os indícios, o *Programa* não pretendia embarcar numa lógica de expropriação do grande capital e de supressão dos grupos privados, tanto mais que só previa uma nacionalização, a do Banco de Portugal, onde o Estado já então detinha uma participação maioritária.

No caso da ADS tomada isoladamente, a moderação em matéria de política económica era ainda maior do que a patenteada pelo *Programa para a Democratização da República*. Um «programa mínimo» divulgado em

Celta, Oeiras, 1996, J. M. Leite Viegas afirma, na senda de Ivo Pinho (art. cit.), que o Estado Novo, injectando capitais num vasto conjunto de empresas, abdicava depois da coordenação e planificação do conjunto dessas empresas e da intervenção na sua gestão. Ora o próprio autor observa noutro local que o intervencionismo económico do Estado Novo se pautava por um modelo global de «autoritarismo paternalista», não podendo, pois, ser avaliado pelos mesmos critérios que o papel de um Estado liberal numa economia mista, em que as políticas de afectação de recursos públicos podem incluir a criação de um sector estatizado ou participado.

¹⁴ *Em Demanda de Soluções para o Problema Português*, Inquérito, Lisboa, 1953, p. 33. Num outro texto seu Cunha Leal definia o intervencionismo económico do Estado Novo como «um sistema que aspira a reger toda a mecânica económica por simples autoridade estatal, sem respeito pelas leis eternas que regem o fenomenalismo económico» (*Coisas de Tempos Idos, Coisas do Tempo Presente*, Inquérito, Lisboa, 1956, p. 38).

Julho de 1965 pela ADS não se referia aos monopólios nem preconizava nacionalizações ou sequer a criação de empresas de economia mista. As críticas que o agrupamento político então liderado por Cunha Leal endereçava ao poder em matéria económica incidiam sobre fenómenos tidos por nefastos para o país, como o surto de investimento directo estrangeiro que então estava a verificar-se (a que meses antes, em Abril de 1965, viera dar decisivo alento um decreto de Correia de Oliveira), a permanente redução do peso da actividade agrícola no conjunto da produção, a explosão emigratória rumo à Europa, etc. Não deixa de ser paradoxal que a oposição dita demoliberal — embora adepta de um moderado intervencionismo do Estado na economia — revelasse tanta preocupação em relação a fenómenos como a penetração do capital estrangeiro, a perda de terreno do sector primário e a «sangria» emigratória da mão-de-obra. Tal atitude seria decerto mais natural numa oposição conservadora e nacionalista (assumindo as dores dos meios tradicionalmente afectados pelas tendências espontâneas da economia e pela concorrência estrangeira) ou mais previsível numa oposição sistemática e *anti-imperialista*, como era a comunista, também ela adepta de soluções e políticas autarcizantes, desde que a alternativa fosse o aumento da dependência em relação à Europa ocidental e às empresas multinacionais.

Diga-se que nesse ano de 1965 também a ala republicano-socialista da oposição, com a ASP a dar os primeiros passos, batia nas mesmas teclas acusatórias — hemorragia emigratória, êxodo dos campos, invasão das multinacionais —, acrescentando-lhes, porém, uma denúncia em termos patéticos, mas sem rigor, da «plutocracia devoradora que comprime um povo cada vez mais desfalecido» (na verdade, os salários reais cresceram continuamente nessa década) e da «dimensão descomunal, mesmo à escala europeia», dos monopólios nacionais (juízo flagrantemente desmentido até por economistas críticos do regime), por efeito de uma «concentração sempre crescente» que «cilindra o país», sob o signo da «interpenetração do poder político e do poder económico»¹⁵.

Também em matéria de política ultramarina foi uma constante a moderação dos «liberais», assinalável quer no *Programa para a Democratização da República* (datado de 31 de Janeiro de 1961), quer nas tomadas de posição da ADS ao longo dessa década. Logo a partir dos acontecimentos sangrentos de Fevereiro de 1961 em Luanda a questão colonial passaria de forma imprevista para um lugar dianteiro no panorama político nacional, lançando

¹⁵ As citações provêm do *Manifesto ao País e Representação ao Presidente da República dos Candidatos da Oposição Democrática às Eleições para a Assembleia Nacional de 1965*, subscrito por Mário Soares, António Macedo, Carlos Cal Brandão, Raul Rego, Salgado Zenha, Acácio Gouveia, Gustavo Soromenho, Vasco da Gama Fernandes, Helder Ribeiro e outros.

algum desnorteamento nas hostes da oposição, aprofundando clivagens existentes no seu seio e acabando por revelar-se como um dos factores que mais terão contribuído para o afastamento da Resistência Republicana e Socialista (e depois da ASP) em relação à ADS.

Desencadeadas as guerras do ultramar, o PCP, os socialistas e a extrema-esquerda em gestação começaram a falar, quando o não faziam já antes, de autodeterminação dos territórios coloniais com vista à independência, em sintonia com as posições que se tornaram então predominantes na ONU. Enquanto isso, a ADS e outros oposicionistas «conservadores» remetiam-se a posições de muito gradualismo e prudência, insistindo na «continuação da presença portuguesa, material e espiritual», em África. Algumas vozes sublinhavam a necessidade de se democratizar o país e as próprias colónias *antes* de estas poderem aceder de forma madura e consciente à independência — caso de Henrique Galvão, que em 1963 defendeu essa posição num discurso que pôde pronunciar na sede da ONU. Velhos republicanos como Ramada Curto, Hernâni Cidade e, especialmente, Armando Cortesão tomaram atitudes de apoio à defesa militar do ultramar e João Soares, ministro das Colónias num governo da I República, discordou das posições pró-independência do filho¹⁶.

Da oposição de esquerda surgiam constantemente críticas acusando os liberais e, em particular, a ADS de pouco se demarcarem quer da política económico-social, quer da política ultramarina do regime autoritário. Em 1967 Cunhal via na ADS um agrupamento representativo da «pequena e média burguesia» ou da «burguesia liberal», agrupamento que, com a morte de Azevedo Gomes em 1965 e o afastamento da esquerda republicana e socialista para a ASP, estaria «cada vez mais próximo dos interesses monopolistas, mais inclinado a um compromisso com a ditadura»¹⁷. Também as posições da ADS sobre as guerras de África e a descolonização, condenando — anos depois do início da guerra colonial — a insistência de Salazar na solução militar, mas recusando o simples abandono do ultramar aos movimentos independentistas e sustentando que deveria ser Portugal a dirigir todo o processo de autodeterminação, suscitavam as maiores desconfianças do PCP, que via aí propósitos colonialistas basicamente indistintos dos do governo de Salazar.

Quando, em 1964, se organizou a ASP, uma das principais motivações dos seus fundadores era a de se distanciarem do conservadorismo, segundo eles, dominante em certos meios da oposição, nomeadamente na ADS, e de se desembaraçarem da imagem de «grupo de velhos» que os republicanos

¹⁶ M. J. Avillez, *op. cit.*, pp. 158-160 (testemunho de Mário Soares).

¹⁷ A. Cunhal, *op. cit.*, p. 37.

liberais, em geral, teriam entre a nova geração¹⁸. Em 1965 dar-se-ia no seio da ADS a ruptura final entre socialistas e liberais, proporcionada na sequência da morte de Azevedo Gomes. Os socialistas, coibindo-se embora de situarem o grupo oposicionista liberal nas imediações do campo dito *monopolista*, como o PCP fazia, consideravam que a ADS sob Cunha Leal ficara a agrupar somente republicanos liberais e «sociais-democratas de direita», qualificativo com uma carga bastante negativa no léxico socialista de então. A separação de águas entre a «jovem» ASP e a «velha» ADS era facilitada pelo facto de Cunha Leal, de idade já bastante avançada, se encontrar numa posição de crónico isolamento. O político heterodoxo da I República, figura cimeira do combate a Salazar na primeira metade da década de 30 e, depois, eterna reserva de uma transição democrática a que já não assistiria em vida, nunca se livrou, no seio da oposição, da «quarentena» em que o mantiveram até final os revirralhistas de tipo clássico¹⁹. Mações, seareiros, republicanos de esquerda e socialistas, incluindo o benjamim de todo esse grupo, Mário Soares, nunca esqueceram o combate de Cunha Leal contra os governos do Partido Democrático, a sua hostilidade a Norton de Matos em diferentes datas e conjunturas, as suas alegadas cedências ao «clericalismo» ou a sua acção precursora do *28 de Maio*. Na morte de Azevedo Gomes, em 1965, Mário Soares pretendeu assumir, em nome da nova geração, a liderança da oposição não comunista, numa linha de demarcação clara em relação ao sector moderado de Cunha Leal, com quem acabou por entrar em ruptura²⁰.

Contra a imagem de conservadorismo, passividade e ineficácia da «antiga oposição» que mais ou menos subtilmente tentava colar à ADS, a ASP aspirava, pela sua parte, ao estatuto de organização combatente, declarando-se disposta a «lutar por todas as formas» contra o regime «fascista». Todavia, mais do que por acções de luta propriamente ditas, a ASP cultivou, sobretudo a partir de 1969, essa imagem de organização em ruptura com o regime salazarista através de uma radicalização programática e ideológica, logo preponderantemente verbal. Assim, proclamou-se logo «radicalmente anticolonialista» e, no plano doutrinário geral, optou por reclamar-se inequivocamente de «inspiração marxista». Esta opção ou inspiração doutrinária manifestava-se, porém, sob dois registos bem diferentes. Por um lado, a ASP abraçava um marxismo filosófico, quase libertário, descomprometido em

¹⁸ M. J. Avillez, *op. cit.*, p. 172 (o testemunho aqui é de Manuel de Lucena).

¹⁹ O termo «quarentena» é de Mário Soares, em *Portugal Amordaçado*, cit., p. 218. Os comunistas, esses abriram uma excepção ao tratamento hostil a que sempre votaram Cunha Leal quando, em 1958, apoiaram a sua candidatura à Presidência da República.

²⁰ *Portugal Amordaçado*, cit., pp. 525-527. Soares descreve aí a sua ruptura com Cunha Leal, a seguir à morte de Azevedo Gomes, como uma série de «muito vivos desacordos», cuja natureza, porém, não esclarece.

relação ao mundo comunista real, o que lhe permitia condenar o défice de democracia, pluralismo e liberdades naqueles países. Pelo contrário, no plano da análise concreta da sociedade portuguesa, o marxismo dos socialistas traduzia-se numa quase colagem às teses tradicionais do PCP a respeito dos «monopólios», do «capitalismo monopolista» e das chamadas «bases sócio-económicas» ou «bases sociais de apoio» do fascismo, teses usadas habitualmente para demonstrar a necessidade de colectivização dos grandes meios de produção em Portugal, a começar pelo sector financeiro. Desde 1964, por exemplo, que os socialistas da ASP consideravam que a política económica do governo de Salazar se dirigia «toda ela no sentido de assegurar o predomínio dos grandes monopólios, contrários aos verdadeiros interesses da nação»²¹.

Não logrou a ASP obter até 1973, todavia, qualquer implantação significativa em termos organizativos no país, numa altura em que os comunistas começavam a tirar substanciais dividendos da sua longa experiência no terreno nas circunstâncias da ilegalidade mais dura. Especialmente nos meios laborais e populares, a ASP permaneceu desconhecida ou totalmente irrelevante.

2. FACTORES DE RADICALIZAÇÃO ANTICAPITALISTA DA OPOSIÇÃO AO SALAZARISMO

Parecerá hoje relativamente pacífico afirmar que o monolitismo do regime salazarista contribuiu grandemente para a polarização do activismo oposicionista em torno de opções políticas radicalizadas, por efeito do bloqueamento de toda a actividade partidária legal e da acumulação de tensões sociais e políticas irresolvidas ao longo de décadas. A censura teve nessa evolução um papel destacado. Os obstáculos ao debate político e ao livre acesso à informação fomentavam um «cepticismo radical nas verdades oficiais», que tinha como reverso uma «fé absoluta nas verdades clandestinas». Por este simples mecanismo, a perseguição movida pelo regime ao marxismo teria constituído um factor primordial da sua transformação em *ópio dos intelectuais* portugueses²² — e também dos não intelectuais, diga-se.

Segundo um argumento que circulava em círculos políticos não forçosamente oposicionistas já no tempo de Salazar, a impossibilidade de organização partidária em Portugal fomentava por si só o chamado *espírito subversi-*

²¹ «Declaração» da ASP, Novembro de 1964, arquivo Mário Soares.

²² Mário Murteira, *O Problema do Desenvolvimento Português* (Fevereiro de 1974). O autor, economista católico, assumia então uma atitude de abertura crítica ao marxismo.

vo ou era geradora de reacções e comportamentos extremados nas hostes da oposição, levando a aderir ao comunismo e respectivas estruturas clandestinas pessoas que, em condições normais, não perfilhariam essas ideias. O argumento, bem conhecido de Salazar, foi por ele publicamente rebatido como falso e *a priori* suspeito, por o considerar oriundo da oposição²³. O ditador sempre procedeu como se não admitisse a existência de legítimas motivações políticas ou de frias e objectivas determinantes sócio-económicas e culturais (ainda menos religiosas) na origem dos comportamentos e das opções ideológicas da oposição, mas apenas factores patológicos ou disfuncionais, que era por isso necessário conter ou erradicar. Entre esses factores avultavam, em linguagem tipicamente salazariana, a paixão política, a paixão sectária e a paixão partidária, atentando contra a unidade nacional e a serena governação. Acresciam as influências deletérias exercidas do exterior do organismo nacional (internacionalismos), as doenças da alma (apostasia das massas, ateísmo), os impulsos tumultuários e caóticos, a indisciplina atávica, os egoísmos e particularismos infrenes, etc.

Visto por este prisma, o regime demo-liberal seria o menos vocacionado para «normalizar» as opções políticas dos cidadãos, no sentido de curar as paixões e reduzir o radicalismo e outros factores de ingovernabilidade a proporções marginais. Precisamente, o regime autoritário reivindicava para si em exclusivo essa vocação normalizadora. O bloco conservador de pretendida vasta abrangência social a que Salazar um dia chamou *frente nacional*²⁴, no qual o seu regime se apoiava ou em cujo nome falava, era suposto garantir por si só, como expressão fiel da «nação», uma governação em prol do bem comum, dispensando, pois, todo o jogo político. Mantinha-se um cordão sanitário em torno da esquerda, entendida como realidade social patológica e desejavelmente circunscrita a um contingente de rebeldes vigiados e perseguidos. Por sua vez, era considerada desnecessária a existência autónoma de forças políticas centristas, pelo mau exemplo de divisão que dariam e porque a *frente nacional* estaria concebida para as incluir no seu seio. Como se estas razões não fossem suficientes após a segunda guerra, juntou-se-lhes então, sobretudo para consumo externo, a teoria do «veículo para o comunismo», que representava como um potencial Kerensky qualquer dirigente político português do centro ou da esquerda moderada. Num discurso de 1950 Salazar sustentava que se, por hipótese, os adeptos da «democracia individualista» e os socialistas — ou seja, o centro demo-liberal e o

²³ Salazar, *Discursos e Notas Políticas*, iv, p. 471. Se Salazar nunca se mostrou convencido pelo argumento, havia até nas bandas do regime espíritos suficientemente cartesianos para o admitirem.

²⁴ Não se confundia esta *frente nacional*, meramente conceptual, com a União Nacional, pálida materialização organizativa daquele conceito.

centro-esquerda —, em virtude de um fatídico afrouxamento do «impulso no sentido da unidade» (impulso assegurado pelo regime autoritário, entenda-se), pudessem de novo organizar-se em partidos e proliferar livremente, não só não constituiriam barreira eficaz ao comunismo em Portugal, como «seriam o mais seguro veículo para o seu triunfo».

Esta visão salazariana do centro, do centro-esquerda e até do centro-direita, formando em conjunto um plano inclinado para o comunismo — visão que em pleno clima internacional de guerra fria servia ao governo português para suscitar junto das potências ocidentais uma audiência necessária à sobrevivência do regime —, poderá ter funcionado como uma *self-fulfilling prophecy*. Com efeito, ostracizados sob o pretexto de não constituírem obstáculo suficiente ao comunismo, os potenciais líderes do centro/centro-esquerda sociológico eram, por efeito desse mesmo ostracismo, atraídos à esfera de solidariedades e ao campo de influência dos comunistas e cativados por algumas das suas análises e propostas radicais, abrindo, assim, a porta à hegemonização ideológica do campo oposicionista pelo PCP. Por paradoxo só aparente, o crescimento das classes médias urbanas na última fase do regime poderá ter contribuído para engrossar o caudal desse processo de radicalização, em lugar de contribuir para o atenuar, ao permitir recrutar novas camadas de descontentes para a luta de classes inspirada pelos comunistas. Esses novos descontentes eram-no menos pelos clássicos motivos económico-laborais do que por causas sócio-políticas, que tinham a ver com a negação dos direitos de cidadania e o estatuto de menoridade cívica em que a maioria da população era mantida²⁵.

Entre os numerosos factores que concorreram para o fenómeno de radicalização da oposição ao Estado Novo (a que se juntaria, no final, a frustração das expectativas na «abertura marcelista» e o arrastar das guerras coloniais), seria talvez necessário remontar muito atrás e começar por apontar a desintegração, antes e depois do *28 de Maio*, do frágil centro político em Portugal, ainda debilmente sustentado por classes médias urbanas, quase reduzido ao fragmentado campo republicano, do qual sucessivas alas formadas por elementos sidonistas, nacionalistas, liberais, radicais e até ex-PRP viriam a apoiar a ditadura militar e a cair nos braços ou na órbita do salazarismo. Do centro político afastara-se já, desde a I República, a possível componente demo-liberal monárquica, que se manteria afastada durante boa

²⁵ Flagrante a este respeito foi o caso dos «colarinhos brancos» (bancários, profissionais de seguros, trabalhadores técnicos e administrativos da indústria e serviços) que, apesar do seu estatuto assalariado relativamente privilegiado, alimentaram um sindicalismo tão ou mais organizado, aguerrido e politicamente radicalizado que o dos estratos operários entre o final dos anos 60 e o *25 de Abril* (v. o nosso artigo «Os primórdios da Intersindical sob Marcelo Caetano», in *Análise Social*, n.ºs 105-106, 1990).

parte do regime de Salazar. Os monárquicos (os que a I República revelou ou confirmou como tais) começaram por se associar quase em bloco, ainda que com eventuais reservas mentais, à frente salazarista, decaindo depois gradualmente como força política à medida que se cavava a sua divisão entre fiéis e opositores do Estado Novo.

No pós-guerra o abandono à sua sorte dos democratas portugueses pelas potências ocidentais e, sobretudo, a multiplicação por parte dessas potências de gestos legitimadores do regime de Salazar, porque viam nele a barreira segura ao avanço do comunismo, muito terão influído, por aparente paradoxo, no sentido da radicalização anticapitalista e marxizante da oposição em Portugal. A prova de que esse abandono e essa legitimação deixaram marcas profundas no sentir da oposição está no modo como Mário Soares defendeu no livro *Portugal Amordaçado* que a sobrevivência de Salazar após 1945 só teria sido possível pela «traição das democracias ocidentais e, em especial, da Inglaterra». E, de facto, nem do governo trabalhista de Attlee (1945-1951) conseguiu a oposição republicana e socialista obter então a mais simbólica concessão ou acto de solidariedade²⁶.

Em contraste com o bom acolhimento que qualquer democrata português perseguido ou exilado, incluindo uma figura heteróclita como Humberto Delgado, facilmente encontrava no mundo comunista, nos novos Estados africanos ou em países sul-americanos em transes de democratização, a oposição a Salazar pouco ou nenhum apoio obtinha dos meios oficiais dos países membros da NATO, a cujo seio Portugal fora admitido desde a fundação (1949), em consequência da importância estratégica que os Açores tinham para os EUA e para a Aliança Atlântica²⁷. Em prol da causa comum anticomunista, a PIDE usufruiu mesmo da colaboração regular das polícias e serviços de informações ocidentais, com a mesma naturalidade com que obtivera nos anos 30-40 o apoio das polícias mussoliniana e hitleriana. No seu livro, Soares acusa os responsáveis das democracias ocidentais de não terem visto que o «único antídoto contra o comunismo» era a existência de sociedades livres e progressivas» e que a sobrevivência dos regimes autoritários peninsulares «expunha esta parte da Europa a tremendas explosões²⁸».

Outro esteio da respeitabilização do regime autoritário português pelos países ocidentais no pós-guerra foi a democracia cristã, em particular a alemã e a francesa, encorajadas decerto pelas declaradas e nunca desmentidas simpatias de Pio XII e amplos sectores da Cúria romana pelo Portugal de Salazar

²⁶ V. Franco Nogueira, *Salazar*, t. iv, Coimbra, 1980, pp. 6-8, e F. Seixas da Costa, «The opposition to the 'new state' and the British attitude at the end of the second world war: hope and disillusion», in *Portuguese Studies*, 10 (1994).

²⁷ V. António José Telo, *Portugal e a NATO*, ed. Cosmos, Lisboa, 1996, caps. I e II.

²⁸ *Portugal Amordaçado*, cit., p. 86.

e Cerejeira. A própria social-democracia europeia, quer no poder, quer na oposição, parecia sentir algumas dificuldades em colocar-se plenamente do ponto de vista da oposição portuguesa. É surpreendente o rol de nomes de políticos europeus ocidentais, colhidos entre os dirigentes democráticos do pós-guerra, fossem eles conservadores, liberais e até sociais-democratas ou socialistas, que, segundo os testemunhos (não isentos, é certo) de Marcelo Caetano e Franco Nogueira, confessavam privadamente a sua admiração pelo ditador português em termos que ultrapassavam muito a cortesia diplomática ou o dever de solidariedade para com um governo de país membro da NATO²⁹.

Essa imagem, no mínimo respeitável, do ditador e da ditadura portuguesa estendia-se à América do Norte, onde o Estado Novo desfrutou de franca aceitação durante as administrações dos presidentes Truman (1945-1953) e Eisenhower (1953-1961), numa relação praticamente sem problemas³⁰. Segundo Freire Antunes, isso ter-se-ia ficado a dever, em parte, ao facto de no pós-guerra uma «visão eurocêntrica de África» ter passado a predominar em Washington, em contraste com a «vertente anticolonial» introduzida pela longa presidência de F. D. Roosevelt (1933-1945). Só após a eleição de Kennedy (1960) surgiriam os escolhos africanos a perturbar sensivelmente o harmonioso relacionamento luso-americano, fazendo Washington então saber a Lisboa que considerava «completamente ultrapassada» a política colonial portuguesa³¹. Foi duramente sentida por Salazar a nova orientação americana, ainda que posta em prática de forma cautelosa. Além disso, a presidência de Kennedy coincidiu, *grosso modo*, com o período de maior instabilidade do regime de Salazar. Ainda sob a presidência de Kennedy e, depois, de Johnson, a pressão americana sobre o governo português começa-

²⁹ V., do primeiro, *Minhas Memórias de Salazar*, Verbo, Lisboa, 1977, e, do segundo, *Salazar*, Liv. Civilização Editora, Porto. A exceção seria Winston Churchill, que teria tido «grande aversão» por Salazar.

³⁰ Em 1961, Eisenhower, referindo-se ao regime de Salazar, confidenciou ao embaixador americano em Lisboa Elbrick que «ditaduras deste tipo são por vezes necessárias em países cujas instituições políticas não são tão avançadas como as nossas» (J. Freire Antunes, *Kennedy e Salazar. O Leão e a Raposa*, Lisboa, 1991, pp. 20-21). O diplomata aquiesceu, acrescentando que «muitos países latinos vivem melhor sob ditaduras benignas». Dean Acheson e John Foster Dulles, secretários de Estado, respectivamente sob Truman e Eisenhower, defenderam no pós-guerra tal política para com Portugal, convencidos de que não havia alternativa pró-ocidental a Salazar. Acheson, um dos mais influentes edificadores da política externa americana da segunda metade do século XX, gozava nos anos 50-60 da fama de «mais poderoso apoiante» ou «padrinho» de Portugal e das colónias portuguesas em Washington (D. Brinkley, *Dean Acheson: The Cold War Years 1953-1971*, Yale U. Press, 1992, pp. 305-315). É muito instrutivo ler o prefácio de Acheson a *The Third World*, de Franco Nogueira, Londres, 1968, trad. de *Terceiro Mundo*, publicado em 1967 em Lisboa.

³¹ J. Freire Antunes, *O Factor Africano 1890-1990*, Bertrand, 1990, p. 47.

ria, porém, a ceder, atenuando-se, enfim, por completo com a reaproximação de Nixon a Portugal. Deixariam, assim, os EUA escapar em benefício único do campo soviético os dividendos políticos que o anticolonialismo de Kennedy conquistara junto dos meios africanos pró-independência e da própria esquerda portuguesa. Portugal voltou, deste modo, a usufruir dos múltiplos benefícios de uma pertença oficial ao mundo livre —também dito *Ocidente*, designação preferida por Salazar. Até as colónias portuguesas apareciam, assim, abrangidas por esta pertença virtual de Portugal ao *free world* que os EUA, na mesma época, defendiam no Sudeste asiático.

A partir de meados dos anos 60, por reflexo também da explosão dos movimentos estudantis e da multiplicação de organizações esquerdistas em Portugal e por toda a Europa, a radicalização política e o sentimento anti-capitalista foram alastrando a um sector cada vez mais largo da oposição portuguesa, atingindo a sua máxima expressão nos primeiros anos da década de 70. A emigração e o exílio maciços dos anos 60-70 levaram numerosos opositoristas portugueses ao contacto directo com os meios políticos radicais da Europa, aqueles que mais atenção votavam à situação em Portugal e nas colónias e que maior solidariedade manifestavam para com a oposição portuguesa, em contraste com o pragmatismo das relações de Estado a Estado, a aliança no quadro da NATO e a atitude neutral, se não de apoio discreto, dos governos de países democráticos para com o regime de Salazar.

Uma influência directa no sentido da radicalização dos socialistas portugueses foi a exercida pela evolução política em França na viragem dos anos 60 e 70, sobretudo após a unificação e esquerdização do campo socialista liderado por François Mitterrand — que proclamava a necessidade de uma «ruptura com o capitalismo» — e muito especialmente após a elaboração em 1972 do *Programa Comum de Governo* dos socialistas e comunistas franceses. Foi a estratégia mitterrandiana (derrotada nas eleições francesas de 1973 e de 1974), bem como a *Unidad Popular* chilena (esmagada por Pinochet em 1973), que cativaram os socialistas portugueses, e não o modelo reformista social-democrata já experimentado então por quase toda a Europa ocidental.

A identificação mecânica entre economia capitalista e opressão política, assinalável em muita da literatura da oposição de esquerda ao salazarismo, parecia encontrar um terreno especialmente favorável à sua aceitação numa sociedade de modelo ostensivamente não pluralista como a de então, embora a economia de mercado portuguesa fosse precisamente a menos desenvolvida e concorrencial da Europa capitalista e o seu funcionamento o mais prisioneiro de desígnios políticos (o «interesse nacional») e condicionamentos, barreiras e regulamentações governamentais de todo o tipo. Se a denúncia pela oposição de esquerda, especialmente pelo PCP, da aliança do poder político com os interesses económicos dominantes ainda podia ser, no Portugal dos anos 50 a 70, razoavelmente inteligível e sustentável, já a tentativa

de identificar, com base no caso nacional, economia capitalista com opressão política baqueava logo perante a evidência de o capitalismo português ser dos mais atrasados, atípicos e governamentalizados. Na Europa, o caso português não era a regra do capitalismo, mas a excepção, tanto no respeitante ao estágio de desenvolvimento atingido e ao modo de funcionamento da economia de mercado como em relação às instituições políticas que após 1945 enquadravam a economia e a sociedade em geral. Não obstante, com a restauração no pós-guerra do sistema demo-liberal na Europa ocidental, Portugal passara a constituir, com a Espanha, uma espécie de último reduto de prova para demonstração das velhas teses do Komintern sobre a relação íntima e necessária do fascismo com o grande capital.

Ao lado da doutrinação da esquerda tradicional, mais ou menos marxizada, é possível detectar em Portugal naqueles anos a propagação de um sentimento anticapitalista através da acção influente de certos economistas, professores universitários e técnicos crescentemente críticos do governo, em cujos *staffs* e gabinetes de estudos alguns deles desempenhavam a sua actividade profissional. Esses técnicos eram em boa parte conotados com uma linha socializante da militância católica, muito distante embora da vulgata marxista-leninista tradicionalmente servida pelas forças políticas clandestinas, que deduziam a opressão política da existência do chamado «capitalismo monopolista» e viam neste um obstáculo intransponível ao desenvolvimento económico e social do país. Não é de mais sublinhar a importância de tais economistas, engenheiros e juristas católicos frequentemente rotulados de *progressistas* e que, ao lado de outros católicos preferencialmente catalogados de *tecnocratas* e até de *liberais*, vão assumir um papel saliente na sociedade portuguesa durante todo o processo de transição (no sentido mais lato) do Estado Novo para a democracia. O economista Mário Murteira, certamente um desses «católicos progressistas» (rótulo cujo sentido em Portugal não coincidia bem com o que teve noutros países e que serviu de base à sua condenação pela Igreja), afirmava em 1973 que o progressismo católico, nomeadamente entre os economistas, se revelara mais ameaçador da ordem então vigente do que outras correntes de opinião — alusão aparente à esquerda tradicional — por várias ordens de razões: o efeito de divisão da Igreja enquanto suporte do regime, o grau de infiltração dos mentores do progressismo católico na administração pública e nas universidades e, a potenciar essa sua influência, a consagração do estatuto do economista a partir dos anos 50, relacionada também com o peso político conquistado nessa década pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.

Partindo para a análise da realidade económica com um olhar muito mais liberto de preconceitos ideológicos, os economistas de formação católica críticos do regime — com o qual foram rompendo as últimas amarras, encora-

gados pelo pontificado de João XXIII e pelo Concílio Vaticano II — tentavam, acima de tudo, penetrar nas causas concretas do *atraso* português, denunciavam o esgotamento, na segunda metade dos anos 60, do modelo de crescimento adoptado no pós-guerra em Portugal, apontavam a falta de um projecto de *desenvolvimento* para o país que fosse além da «mera industrialização» das décadas de 50 e 60, invocavam as insuficiências e os vícios do empresariado nacional e demonstravam a ineficácia dos Planos de Fomento, apelando, consequentemente, a um reforço do papel do Estado na condução do processo de industrialização e na definição de políticas económicas capazes de tirarem Portugal da «cauda da Europa». Nos seus diagnósticos parecia às vezes ficar implícita a ideia de que em Portugal não era tanto o capitalismo em si a raiz dos problemas económicos, sociais e políticos, mas sim o capitalismo atrasado e pouco clarividente que germinara no território nacional, as políticas erradas do governo ou a submissão deste a certos interesses. Não obstante, para os ditos economistas, o ritmo insatisfatório do próprio crescimento económico e da industrialização, bem como o modelo de desenvolvimento não harmónico, patentes na comparação dos indicadores nacionais com os das economias capitalistas europeias, tornariam indispensável não uma reforma do capitalismo em Portugal, não uma libertação das potencialidades da economia de mercado, mas uma gigantesca operação racionalizadora e programadora da economia nacional, conduzida basicamente sob a batuta do Estado, com vista à recuperação do atraso económico e social. Nisso deveriam ter papel decisivo os expoentes de uma *ciência* económica então triunfante na universidade e em organismos governamentais — mas não tanto, aparentemente, nas empresas.

Não podia, naturalmente, ser qualquer Estado a assumir esse papel, pois aos problemas do capitalismo atrasado e de um empresariado alegadamente divorciado do interesse nacional acresciam em Portugal as «formas autoritárias, de pendor tradicional, do lado da orgânica política do Estado», que impediriam que a indispensável programação económica e a política industrial fossem colocadas ao serviço dos interesses da maioria³². Esta destrição mais ou menos nítida de diversas componentes — económicas, sociais e políticas — do problema do desenvolvimento em Portugal, sem ser propriamente original, distinguia-se claramente das deduções em bloco da tradicional *démarche* dita marxista, que remetia a causa de tudo para as relações de produção, a luta de classes e a exploração capitalista, no quadro de uma esquemática correspondência entre base económica e superestrutura política, tudo em versões simplificadas. Ainda que por um caminho bem diverso e

³² Francisco Pereira de Moura, «Planeamento industrial» (1970), texto reproduzido em *Por Onde Vai a Economia Portuguesa?*, Seara Nova, Lisboa, 1973, pp. 197 e segs.

aparentemente livre de preconceitos ideológicos, o ponto de chegada dos economistas desenvolvimentistas católicos acabava, todavia, irresistivelmente por pender para algo de semelhante ao preconizado pela esquerda marxista, ou seja, a construção de uma ordem anticapitalista, necessariamente socializante ou socialista, como única forma de se erradicarem as causas do atraso económico e social. Para alguns, isto combinava-se com a convicção de que o socialismo apenas se revelava praticável em sociedades e economias atrasadas, infirmando desse modo pontos nucleares da «profecia» de Marx.

O atestado de incapacidade e imobilismo passado pelos economistas e outros católicos críticos ao capitalismo português, à classe empresarial e à própria política de desenvolvimento industrial do governo era de uma extrema severidade. Na realidade, como alguns desses economistas também reconheciam, entre 1950 e 1970 a economia portuguesa atravessara «a transformação mais rápida e profunda da sua história», assistindo-se à «ascensão do capitalismo industrial» e a uma «consolidação do capital financeiro», ao mesmo tempo que se afirmavam claramente alguns grandes grupos económicos, «cuja expansão imita, embora à distância e com nítida redução de escala, as tendências mundiais do capitalismo de grandes unidades»³³. Compreendia-se, por outro lado, que não tivesse havido nesses anos uma maior aproximação em relação à Europa mais desenvolvida, pois esta vivera também então o seu *milagre económico*, de que Portugal, aliás, beneficiou a múltiplos títulos, inclusive no plano da emigração.

Este último fenómeno, a emigração maciça dos anos 60-70, é que era uma das pedras de toque dos juízos de saldo negativo que a oposição, em geral, fazia sobre a evolução da economia e do capitalismo português. Também para os economistas católicos a emigração maciça era uma das provas mais sólidas de que teria havido «industrialização, mas não desenvolvimento», e de que a transformação social simultânea fora «desordenada e essencialmente desequilibrante»³⁴. Note-se que para o autor citado, Mário Murteira, as culpas por este fenómeno ou por outras tendências negativas, como, por exemplo, a manutenção dos baixíssimos níveis de escolarização, cabiam mais à incapacidade do governo do que ao sistema capitalista em si. Não havia necessidade de ir tão longe em conservadorismo ou reaccionarismo em matéria educacional, argumentava, se o poder político fosse mera superestrutura do modo de produção³⁵.

³³ Mário Murteira, *O Problema do Desenvolvimento Português*, Moraes, Lisboa, 1974 (obra escrita antes do 25 de Abril), pp. 44-47.

³⁴ Id., *ibid.*, p. 48.

³⁵ Id., *ibid.*, p. 53.

Pereira de Moura, por seu turno, achava que tanto a emigração como a aglomeração demográfica em torno de Lisboa e Porto — processos a seu ver intimamente ligados — deviam ser combatidas por políticas de «emprego total» e de disseminação do investimento, orientando este para as regiões fornecedoras de maiores contingentes emigratórios. A fixação das populações nas suas terras de origem, que aparecia como um objectivo indiscutivelmente meritório, radicava na ideia de que com a *fuga* maciça da mão-de-obra para as zonas urbanas e, sobretudo, para o estrangeiro estava em curso uma *sangria* ou *êxodo* gravemente nocivo para o país. Obviamente, Pereira de Moura não devia esperar significativo apoio da alta finança portuguesa ou das empresas multinacionais para essa política de investimento orientado pela (sua) ciência económica, para fins como a criação de emprego preventivo da emigração, a diminuição da dependência das importações, a construção maciça de habitação, o «desenvolvimento harmónico» e o combate às «assimetrias regionais», tudo isto a uma taxa de crescimento da economia da ordem dos 8%³⁶. Só o Estado, funcionando como motor do investimento numa economia planificada, poderia assumir a realização dessas e outras políticas de desenvolvimento económico-social e de tom predominantemente autarcizante — dir-se-ia quase nacionalista, se o termo não fosse tão marcado ideologicamente. Dito isto, o que parecia algo surpreendente neste economista era a sua posição abertamente favorável, antes e mesmo depois de Abril de 1974, à integração económica de Portugal na Europa, ponto em que destoava fortemente dos seus aliados comunistas da CDE³⁷.

O período que vai de fins dos anos 60 a 1973 (basicamente, os anos de Caetano) coincide, segundo uma das análises mais aprofundadas da evolução da indústria e do capitalismo em Portugal no final do Estado Novo³⁸, com a passagem gradual a uma nova fase, caracterizada pelo lançamento de grandes iniciativas industriais viradas para o mercado internacional (numa ruptura com o velho modelo de industrialização visando a diminuição das importações), a

³⁶ *Por Onde Vai a Economia Portuguesa*, 4.^a ed., 1973, pp. 337 e segs.

³⁷ Em 1977, Pereira de Moura defendia que a consolidação das empresas nacionalizadas em 1975 prepararia Portugal para o embate da adesão à CEE (onde também havia vastos sectores públicos). Antes do 25 de Abril, o regime teria procurado responder ao desafio da integração europeia pelo «fortalecimento rápido e por todos os processos e com as maiores ajudas, dos grandes grupos, a ver se surgia a tempo uma estrutura portuguesa que aguentasse o embate internacional». Uma vez nacionalizados os grupos económicos, os trabalhadores e a média burguesia nacional teriam interesse em ver consolidado o sector público na perspectiva das consequências da integração (v. F. Pereira de Moura, *O Projecto Burguês do Governo Socialista*, Seara Nova, 1977, p. 46).

³⁸ J. Félix Ribeiro *et al.*, «Grande indústria, banca e grupos financeiros — 1953-73», in *Análise Social*, n.º 99, 1987.

aceleração na formação dos grupos financeiros portugueses³⁹, a forte reactivação da bolsa e actividades especulativas, a opção do governo de abandonar gradualmente o condicionamento industrial e aumentar a concorrência interna através da «quebra de monopólios de facto», a manutenção e intensificação da intervenção financeira do Estado e, enfim, a chegada em força das multinacionais a Portugal, instalando-se, comprando empresas e associando-se aos grupos nacionais. Para uma sociedade e uma economia habituadas a mercados protegidos e a concepções autarcizantes e nacionalistas, o novo clima em formação era pouco menos do que revolucionário.

Mas não era, obviamente, essa a «revolução» que seduzia a oposição radicalizada, muito pelo contrário. As novas tendências e processos em curso na economia portuguesa, o começo do esbatimento da tradicional divisão entre *sector monopolístico* (grupos económicos) e *sector concorrencial* (empresas exportadoras de pequena e média dimensão), a reanimação do capitalismo mais empreendedor e competitivo, as novas políticas económicas do governo — enquadráveis num processo de liberalização da economia e relacionáveis, de perto ou de longe, com a integração económica europeia em que Portugal estava empenhado a médio prazo —, tendiam a ser globalmente caracterizados por socialistas, comunistas e esquerdistas radicais sob a fórmula de *neocapitalismo*⁴⁰. O termo ressoava depreciativamente, servindo para condenar como extemporâneo o recrudescimento do espírito capitalista, representando-o preferencialmente como um retrocesso, nunca como um avanço, dado o alegado preço a pagar em termos de reforço do poder dos «monopólios» e de acrescida dependência externa de Portugal⁴¹.

A comparativa moderação dos socialistas no seio da esquerda portuguesa — moderação mais patente em Soares, diga-se, do que noutros dos principais fundadores da ASP e do PS — não escapou aos efeitos de uma radicalização deslizando do conjunto da oposição. Em todo o caso, no que diz respeito aos

³⁹ É no período de 1969-1973 que os autores consideram que se completa a formação dos quatro principais grupos financeiros portugueses, com o fortalecimento do sector bancário dos grupos de base industrial (Mello, Champalimaud) e a rápida entrada dos bancos independentes na grande indústria (Espírito Santo, BPA).

⁴⁰ V., por exemplo, M. Sottomayor Cardia, *O Dilema da Política Portuguesa*, Lisboa, 1971, tal como o livro seguinte do mesmo autor, *Por Uma Democracia Anticapitalista*, Lisboa, 1973, ambos proibidos pela censura. Depois de se desligar do PCP, Cardia participou na fundação do PS, onde teve um importante papel na elaboração do programa partidário. Mais à esquerda, Amadeu Lopes Sabino brandia esse mesmo conceito de *neocapitalismo*, com que caracterizava os objectivos programáticos da nascente SEDES («A irresistível ascensão dos liberais portugueses», in *Tempo e o Modo*, 1970). Para Sabino, o «triunfo do neocapitalismo» era mesmo um dos «cenários possíveis» de evolução da «formação social portuguesa».

⁴¹ Glosando um tema caro ao PCP, a integração europeia era descrita em 1971 por Sottomayor Cardia (*O Dilema...*, cit., p. 48) como «a associação dos monopólios indígenas com os europeus em situação de subalternidade», redundando numa «aceleração do processo da nossa dependência nacional perante os países de capitalismo desenvolvido».

socialistas, o radicalismo talvez lançasse raízes muito atrás, sendo possível apontar-lhe antecedentes em 1945, como adiante se verá.

Mas também outros sectores, tradicionalmente pouco ou nada conotados com a oposição, se deixariam envolver no processo de esquerdização e radicalização deslizando. No final dos anos 50 dera-se a solene entrada na cena política dos católicos, uns com a fama de «progressistas», outros sem esse rótulo e com maior pendor liberal, todos a romper a vetusta relação de quase perfeita harmonia da Igreja com o regime, arrastando pela primeira vez atrás de si fileiras significativas do clero. Nos primeiros anos da década de 70 eram já os próprios deputados da *ala liberal* da Assembleia Nacional encabeçada por Sá Carneiro, assim como outros elementos inicialmente apoiantes e expectantes em relação à abertura política de Marcelo Caetano, a adoptar, após a ruptura com este, um discurso socializante ou, no mínimo, crítico do exagerado domínio conquistado pelos grupos económicos sobre o poder político, numa versão *soft* do discurso antimonopolista da esquerda⁴². Em 1972-1973 a exigência de *controle do poder económico pelo poder político* — que após o 25 de Abril se tornará um dos grandes lemas do MFA, inspirador quer do «Plano Melo Antunes», quer das nacionalizações gonzalvistas — aparece já clara e repetidamente formulada nesse quadrante moderado, como anos antes no meio dos católicos críticos do regime.

Mas o caso mais notável e de maiores repercussões, inclusive no pós-25 de Abril, foi o da SEDES — Associação para o Desenvolvimento Económico e Social, cuja criação começara por ser encorajada por Marcelo Caetano, sob a condição de os seus estatutos aceitarem os princípios fundamentais da Constituição de 1933. O «são pluralismo» almejado por Caetano apenas podia manifestar-se dentro dessas fronteiras, pois pretendia-se que a dita associação funcionasse como uma «segunda força no regime». Constituída a SEDES e iniciados os seus trabalhos, logo Caetano constatou com mágoa, mas talvez sem surpresa, que, devido a supostas «infiltrações» de activistas da CDE e da CEUD, a associação adoptava «a mentalidade e o estilo das oposições em campanha eleitoral», aproveitando-se do ensejo legal para fazer «doutrinação socialista nas diversas modalidades», tendência que, segundo o sucessor de Salazar, ainda iria acentuar-se com o tempo⁴³.

Com efeito, um documento elaborado pela SEDES, em 1971-1972, com a participação de boa parte dos seus associados e intitulado *Diagnóstico-Projecto da Sociedade Portuguesa* considerava, entre outras coisas, «indis-

⁴² V., por exemplo, Joaquim Magalhães Mota *et al.*, *Encontro de Reflexão Política*, Lisboa, Moraes, 1973. Como consequência da existência de uma «aristocracia política e económica», constituída pela «alta burguesia», deparar-se-iam segundo os autores «severas restrições ao exercício do poder [público], a qualquer nível do aparelho executivo» (p. 42).

⁴³ Marcelo Caetano, *Depoimento*, Rio de Janeiro, 1974, pp. 67-68.

pensável uma reforma de índole radical do sistema de propriedade dos meios de produção [...] no sentido da identificação do trabalho com a propriedade, [como forma] de conseguir eliminar as actuais desigualdades sociais». Como, porém, isso não seria realizável no curto prazo, o documento achava ter de se começar, como «condição mínima», pela «recusa do domínio por minorias dos *sectores estratégicos* [...] sectores-chave no processo produtivo ou que satisfazem necessidades básicas». A palavra *minorias* referia-se aqui aos grandes grupos económicos, também chamados «monopolistas» pela oposição marxista. A curto e médio prazo, o documento da SEDES propunha: a nacionalização de empresas existentes nos sectores ditos estratégicos; a formação de empresas de economia mista; a propriedade colectiva dos solos agrícolas e urbanos; o forte condicionamento da transmissão da propriedade por herança; a participação dos trabalhadores na direcção das empresas; o planeamento imperativo; o condicionamento do investimento estrangeiro; etc. Não se preconizava, todavia, a «supressão da actividade privada»⁴⁴.

Enquanto estes «liberais» e até certos grupos mais moderados pendiam para soluções em que avultavam os termos «planeamento global da economia», «planificação imperativa» e até «conveniência da propriedade social das empresas [...] sempre que estas se situem em sectores-chave da economia»⁴⁵, um outro sector de desiludidos ou críticos do *marcelismo* insistia em que o remédio essencial para o exagerado «poderio» e domínio político exercido pelas forças económicas (diagnóstico sobre o qual, note-se, pouquíssimos teriam dúvidas) residia, não na criação de um forte sector produtivo público, mas na liberalização política, isto é, na existência de pluripartidarismo e na fiscalização da acção do governo pelos partidos. Foi este último o ponto de vista claramente defendido pelo industrial e dirigente corporativo José Rabaça⁴⁶ e pelo gestor e ex-governante Rogério Martins⁴⁷ (nenhum

⁴⁴ Emílio Rui Vilar e António Sousa Gomes (dois futuros governantes socialistas), *SEDES: Dossier 70/72*, Lisboa, Moraes, 1973, pp. 97 e segs. Embora a SEDES não tivesse uma linha política oficial, em 1971-1972 começou a definir-se no seu seio uma influência dominante das ideias de esquerda.

⁴⁵ Magalhães Mota, *op. cit.*, pp. 48-50.

⁴⁶ José Rabaça (1928-1998), industrial da Covilhã e, à data, presidente da Federação Nacional dos Industriais de Lanifícios. Não constatando um nítido domínio da economia portuguesa por ninguém (opinião reforçada no debate por Leonardo Ferraz de Carvalho, para quem a economia portuguesa estava a complexificar-se rapidamente), o que para Rabaça era «fundamental» era a fiscalização pluripartidária do poder político.

⁴⁷ Rogério Martins (1928-), engenheiro e gestor de empresas, foi secretário de Estado da Indústria (1969-1972), funções em que tentou acabar com o sistema de condicionamento industrial, que em 1974 descrevia como «um travão às quatro rodas». Para Rogério Martins (um católico a quem não colava a etiqueta de progressista, mas antes a de liberal), independentemente de saber quem dominava a economia, o essencial era que «o domínio dos que a dominam esteja cada vez mais nas mãos de um poder político cada vez mais participado e mais livre» [*Economia — Mesas Redondas Expresso*, Lisboa, 1974 (Janeiro), p. 154].

deles ligado aos grupos económicos) num debate promovido em fins de 1973 pelo semanário *Expresso*⁴⁸. O que ambos encaravam como fenómeno negativo era, não o poder dos grupos económicos em si, nem o facto de esse poderio se manifestar na esfera política, mas sim o facto de não ser controlado e contrabalançado por um poder político livremente formado e democrático («participado», na terminologia pré-25 de Abril). Para ambos, o aparecimento e a consolidação dos grandes grupos económicos eram vitais numa economia capaz de aguentar os embates do futuro. Só com esses «blocos concentrados de poder económico industrial» seria possível haver um «florescer de empresas médias e pequenas» (R. Martins) e só eles permitiam «determinadas planificações e sistemas de trabalho» que eram impossíveis com uma grande pulverização industrial (J. Rabaça). Um ponto de vista contrário foi nesse mesmo debate representado pelo socialista de esquerda (e futuro dirigente do PS) António Lopes Cardoso. Sustentando que os grandes grupos económicos só eram indispensáveis numa economia capitalista, condenou nomeadamente o aparecimento em Portugal dos grandes espaços comerciais *ligados a grandes grupos económicos*, pelas consequências que trariam para milhares de pequenos comerciantes e porque não beneficiariam o consumidor. Se, pelo contrário, os grandes espaços fossem introduzidos através de «soluções de índole cooperativa», então já não haveria aqueles problemas⁴⁹.

O anticapitalismo da oposição não se alimentava apenas da percepção objectiva e quotidiana da interpenetração dos grandes interesses económicos nacionais com a política e os políticos estadonovistas. Esse sentimento robusteceu-se também como consequência do ostracismo a que as forças de oposição foram votadas, ou seja, em resultado do seu longo jejum do poder, da inexperiência político-governativa, do distanciamento em relação às realidades económicas e das ilusões e distorsões geradas pelo seu ponto de vista fixo e unilateral de oposição. Uma oposição oprimida e irresponsabilizada por décadas de afastamento compulsivo do exercício da governação e pela inexistência de alternância no poder e de debate político aberto tendia a denunciar, com fundamento ou sem ele, maquinações de interesses económicos particularistas e nefastos por detrás de cada medida do governo. Um pouco como as hostes monárquico-conservadoras haviam feito durante o período, muito mais curto, de predomínio do Partido Democrático durante a I República, com as permanentes denúncias de escândalos económicos (usufruindo para isso de muito maior liberdade de expressão, é certo).

⁴⁸ O debate foi publicado na íntegra no volume *Economia — Mesas Redondas Expresso*, cit.

⁴⁹ *Op. cit.*, pp. 54-59. A posição de Lopes Cardoso traduzia também uma rejeição da «sociedade de consumo», de que os grandes espaços comerciais (se ligados às cadeias de distribuição capitalistas) seriam paradigma.

Mesmo a oposição não comunista ao Estado Novo se habituou a interpretar, aderindo despreocupadamente a análises radicais, certas tendências da evolução da economia capitalista (por exemplo, as fusões entre a banca e a indústria ou a constituição e o crescimento dos grandes grupos económicos nacionais, colectivamente rotulados de *oligarquia financeira*) como processos inteiramente forjados ou fomentados pela *oligarquia política* reinante, com o duplo fim da sua eternização no poder e, por outro lado, do triunfo do seu programa, que a sociologia dita marxista definia como de ditadura do capital financeiro. A convicção de que essas oligarquias constituíam as duas faces inseparáveis do sistema socio-político português, correspondendo a um determinado estágio da evolução do capitalismo, conduzia em linha recta à convicção de que uma futura democracia pluripartidária — forma desde logo julgada desadequada para a satisfação dos interesses dos «monopolistas» — não podia resistir muito tempo às arremetidas dos grupos económicos, se lhes fosse dado sobreviver, isto é, se não fossem expropriados, já que nessas circunstâncias tudo fariam para restaurar o único poder político apto a servi-los.

Por razões em tudo idênticas às expostas, tendia igualmente a oposição a representar certas consequências do atraso e pobreza ancestrais do país ou da conjuntura internacional — a grande depressão, a segunda guerra mundial — como resultantes quer da existência de políticas governamentais abertamente contrárias à industrialização (o decantado ruralismo de Salazar, servindo alegados interesses agrário-comerciais), quer da ausência de políticas de desenvolvimento e de instrumentos governamentais de promoção dessas políticas, com relevo para a planificação económica.

Mas a explicação talvez mais atraente para o atraso económico do país, reunindo um consenso verdadeiramente surpreendente, era a da prevalência dos interesses dos grandes capitalistas. Desde o *Rumo à Vitória*, de Álvaro Cunhal (1964), até às conclusões do encontro de Julho de 1973 dos ex-deputados da chamada ala liberal⁵⁰, passando pelas análises dos socialistas da ASP, pelos diagnósticos de alguns economistas católicos (ditos progressistas ou não) e pela literatura panfletária da extrema-esquerda, ninguém tinha muitas dúvidas acerca da bondade de tal explicação. Ora os grandes grupos económicos nacionais — independentemente de terem explorado situações de monopólio e oligopólio e gozado de uma audiência excessiva junto do governo — revelaram no panorama empresarial português comparativa solidez, dinamismo e vanguardismo e contribuíram decisivamente para a industrialização do país, para o investimento em novos empreendimentos, para o crescimento económico, para a difusão de novas tecnologias e produ-

⁵⁰ «A consolidação dos grupos dominantes tem sido um dos grandes obstáculos do desenvolvimento económico e social do nosso país» (J. Magalhães Mota *et al.*, *Encontro de Reflexão Política*, Lisboa, 1973, p. 41).

tos e até, comparativamente, para a melhoria do nível de vida e das regalias sociais dos trabalhadores ao seu serviço.

A percepção dominante no seio da oposição de esquerda, depois alargada à restante, era paradoxalmente a oposta: uma extensa lista de males era assacada aos «monopólios». Em primeiro lugar, e para além da ameaça que se dizia representarem para a independência da esfera política por via do crescente poder que concentravam nas suas mãos, os grandes grupos eram tidos pela oposição como um obstáculo ao desenvolvimento, à transparência e à eficácia da economia nacional em resultado da inibição da concorrência e da dissuasão da livre iniciativa. Seguiam-se, pelas mesmas causas, a falta de motivação para inovar e racionalizar e o afastamento das inteligências, das vontades e dos capitais do domínio da produção, cativo dos monopólios, para os domínios da especulação, com duplo prejuízo do interesse colectivo. Por outro lado, os monopólios constituiriam um entrave à realização da justiça social, por viverem abrigados da concorrência interna e externa, protegidos do movimento operário pela ausência de liberdade sindical, praticando preços de monopólio e auferindo com tudo isso lucros parasitários, desproporcionados e ilegítimos. Com a entrada em cena do processo inflacionário desde meados dos anos 60 e, em particular, da inflação de dois dígitos a partir de 1970-1971, novas acusações passaram a pender sobre os «monopólios»: no mínimo, a de os seus lucros contribuírem para o aumento do nível dos preços, no máximo, a de serem a sua principal causa⁵¹. Enfim, também a política ultramarina de Salazar e Caetano era amplamente relacionada com os interesses dos grupos económicos.

Como acima se referiu já, a descrença e a desconfiança votadas à iniciativa privada e, em particular, aos grandes grupos — pelas suas duvidosas capacidades como agentes do desenvolvimento económico e pela sua indiferença social, sede de lucro fácil, acção corruptora do poder político e submissão ao grande capital estrangeiro — eram sentimentos que, sobretudo a partir de meados dos anos 50, não provinham necessariamente de quadrantes ideológicos marxistas nem de meios claramente oposicionistas ou sequer de secto-

⁵¹ Sobre este aspecto, novamente, o consenso era o mais alargado. Na *ex-ala liberal*, de que iriam sair muito em breve, após o 25 de Abril, os dirigentes do PPD, pensava-se o mesmo que na oposição de esquerda: «O sistema de preços, mais do que reflectir escassez de recursos e [de] centros de produção e distribuição, reflecte uma estratégia oligárquica tendente à maximização dos lucros» (Magalhães Mota, *op. cit.*, p. 42). A estratégia oligárquica em questão era a do «sistemático alargamento dos grupos [económicos] pela aquisição de empresas médias [...], que são integradas em *holdings* e administradas por sociedades de gestão, das quais cada grupo económico possui uma ou mais» (id., *ibid.*). Neste tipo de argumentação, todas as economias de custos resultantes de integrações verticais e horizontais de empresas são descritas como lucros parasitários, nunca como possibilitando investimentos reprodutivos ou mesmo descidas de preços.

res de opinião muito distantes das realidades da economia ou das preocupações da governação. Em rigor, o regime corporativo e intervencionista de Salazar assentava, ele próprio, numa base de maior ou menor desconfiança em relação à *livre iniciativa*, embora o carácter privado da actividade económica fosse proclamado como um dogma.

Caso paradigmático foi o do acima citado economista Francisco Pereira de Moura, professor prestigiado entre as novas gerações e técnico de mérito reconhecido pelo poder e pelos meios industriais, procurador à Câmara Corporativa de 1957 a 1965, tendo nessa qualidade sido relator de vários pareceres importantes (adesão à EFTA, Planos de Fomento). Militante católico, empenhara-se em jovem numa «cruzada» espiritual contra o comunismo, na linha, até certo ponto, de Abel Varzim⁵² — um crítico dos abusos e pecados do capitalismo que, para ele, representavam fatais «caminhos do comunismo»⁵³. A concentração capitalista era, segundo Varzim, um desses pecados porque, entre outras razões, fornecia razões para a socialização da propriedade. Esta argumentação, note-se, se bem que genuinamente anti-comunista, continha explícita não só a condenação simultânea do capitalismo, como ainda a afirmação de que a concentração capitalista tornava a socialização mais imperiosa. Estes dois aspectos da análise de Varzim não podiam desagradar totalmente aos comunistas, embora a rotulassem globalmente de crítica pequeno-burguesa do capitalismo, dado que o marxismo via na concentração capitalista uma inevitabilidade, uma «lei» histórica.

Todavia, Pereira de Moura não parecia ter já então — e ainda menos com a passagem de alguns anos — uma visão tão condenatória como a de Abel Varzim nem sobre a concentração económica nem sobre a socialização da propriedade. Segundo o economista pensava no começo dos anos 60, tinha de haver um justo equilíbrio entre, por um lado, os requisitos de produtividade e dimensão óptima e, por outro, a prevenção contra situações de monopólio. Quanto às nacionalizações, quando estas eram técnica e politicamente justificadas, encarava-as como um «mal necessário» — maior mal eram os monopólios privados, com as situações de «poderio» a que davam origem — e também não subscrevia as acusações de ineficiência que era «moda» fazer à gestão de empresas nacionalizadas⁵⁴.

⁵² V., em particular, a obra *Comunismo*, de Abel Varzim, ed. SET, Lisboa, 1949, que Pereira de Moura elogiou então como sendo «o único livro anticomunista a sério publicado em Portugal, país que se afirma anticomunista há 25 anos» (F. P. de Moura, «Notas sobre o marxismo», in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, n.ºs 6 e 7, 1951).

⁵³ A. Varzim, *Comunismo*, cit., pp. 120-123. «O capitalismo também é comunismo, afinal de contas», afirma aí o Padre Varzim, depois de passar em revista tudo o que no capitalismo «esvazia o homem da sua humanidade», incluindo a *concentração capitalista*, que «aumenta a proletarização, facilita os grandes lucros e torna mais imperiosa a socialização da propriedade».

⁵⁴ F. P. de Moura, *Problemas Fundamentais da Economia*, Lisboa, 1962, pp. 102-103.

Desde jovem, Pereira de Moura não escondia, em sintonia também com Abel Varzim, a sua admiração pelo «idealismo», dedicação e espírito de luta dos militantes marxistas, que se destacavam da «grande massa amorfa a vegetar pelas escolas» e que saberiam que o catolicismo era a «única força consciente» que se lhes opunha⁵⁵. Crescentemente sintonizado depois, numa evolução gradual, com preocupações «progressistas» vizinhas de temas centrais da oposição marxista, Pereira de Moura foi desenvolvendo um anti-capitalismo *sui generis*, de linguagem técnica e inspiração católica social (ou melhor, social-cristã), mas muito centrado sobre as lições da sua análise do caso português. Sustentava, por exemplo, em 1968, ainda sob Salazar, que «a experiência recente do desenvolvimento português não convence acerca da capacidade do sector privado para assegurar um ritmo elevado de empreendimentos novos, sobretudo logo que se aproximam condições concorrenciais»⁵⁶.

O economista, desiludido com o incumprimento pela indústria portuguesa das metas dos primeiros Planos de Fomento (e desiludido também, diga-se, com as resistências dos latifundiários aos projectos de *reforma agrária* incluídos no II Plano de Fomento e nunca realizados), achava, assim, que os capitalistas nacionais, apesar das condições verdadeiramente excepcionais que o Estado criara para exercerem a sua actividade (protecção contra a concorrência interna e externa), não conseguiam assegurar sequer um ritmo satisfatório de industrialização e crescimento económico. Logo, sustentava, muito menos conseguiriam corresponder aos desafios da adesão de Portugal ao processo de integração europeia, opção estratégica a que Pereira de Moura dava, como vimos já, todo o seu apoio. Daí que, desde o início dos anos 60, Pereira de Moura defendesse um papel mais forte e directo do governo no impulsionamento do desenvolvimento económico, por exemplo, através do lançamento de indústrias novas pelo Estado, sem receio de com isso *fazer socialismo* e infringir o tabu do monopólio da iniciativa privada, citando em favor da sua agumentação o exemplo da acção do INI espanhol e do IRI e ENI italianos. Numa economia atrasada (também lhe chamava subdesenvolvida⁵⁷) como a portuguesa, a razão principal para a entrada do Estado no sector industrial deveria ser a de «impulsionar o desenvolvimento e a industrialização». Com os olhos postos na Europa e na concorrência futura.

⁵⁵ Id., «Notas sobre o marxismo», *op. cit.* A «reconquista das almas perdidas «dos intelectuais seduzidos pelo marxismo era o desafio que então parecia mobilizar Pereira de Moura.

⁵⁶ Id., *Por Onde Vai a Economia Portuguesa?*, Lisboa, 1969, pp. 93-97 (a citação provém de um texto originalmente publicado em Junho de 1968 no suplemento económico de *A Capital*, sob o título «O lançamento de indústrias pelo Estado»).

⁵⁷ Id., *ibid.*, p. 142: «sendo Portugal um país subdesenvolvido [...]».

Mas, se o seu ponto de partida era umas vezes a alegada fraqueza ou insuficiência do capitalismo português, ou seja, a descrença em relação ao motor privado da economia, outras vezes era a desconfiança e o receio que a existência de uma classe capitalista todo-poderosa lhe suscitava que parecia motivar as suas opções estratégicas. Entre os vários motivos que recenseava a favor da existência de empresas públicas (de raiz ou nacionalizadas), Pereira de Moura referia precisamente «os perigos do poder económico em mãos de interesses privados» (*sic*), por estar aí em causa o «domínio sobre as estruturas económicas e sociais», com «prejuízo para o equilíbrio [da economia], o bem-estar e até a independência política e o progresso»⁵⁸.

Nos escritos anteriores a 1974 de Pereira de Moura, Mário Murteira e outros economistas da esquerda católica surgia por sistema uma argumentação de cuidada forma técnica que, em princípio, não punha em causa o valor da empresa privada nem decorria das premissas ideológicas ou metodológicas do marxismo — chegando até a refutá-lo e a reclamar-se de valores cristãos —, mas que desaguava frequentemente na apresentação de soluções e de políticas semelhantes ou convergentes com propostas apoiadas em Portugal e fora dele por socialistas e (ou) comunistas. O rótulo não os preocupava: «Se isto é socialismo, pois que seja, é o que buscamos», afirmavam estes economistas católicos, ainda que geralmente apostados em exibir um distanciamento em relação a etiquetas políticas e opções partidárias, quer porque estas em Portugal fossem proibidas pelo Estado e mal vistas ou condenadas pela Igreja, quer por uma exigência de depuração e neutralidade formal do seu discurso de técnicos e de militantes católicos.

Em Portugal, como noutros países europeus, verificou-se nas décadas do pós-guerra um deslizar da interpretação do ensino social da Igreja católica desde o campo do corporativismo (cristão), que constituiu até aos anos 40 a sua expressão programática dominante, em direcção a um cristianismo socializante — reconfortado com a reabilitação do conceito de *socialização* nas encíclicas de João XXIII e Paulo VI⁵⁹ — ou mesmo em direcção a um socialismo de pretendida matriz cristã, o problemático «socialismo cristão». Daqui passar-se-ia mesmo em alguns casos extremos, mediante reformulações teológicas centradas sobre a «desalienação» ou a «libertação integral» do homem, para programas revolucionários desaguando eventualmente na

⁵⁸ Id., *ibid.*, p. 95. Pereira de Moura fundava-se aqui não no marxismo, mas em Pio XI ou João XXIII. A encíclica *Quadragesimo Anno* já defendia a legitimidade da propriedade pública de meios de produção quando a posse destes por entidades privadas acarretasse uma «preponderância económica tal» que viesse daí «perigo para o bem comum». Pereira de Moura tinha uma noção muito aguda do perigo dessas situações de «poderio».

⁵⁹ V., por exemplo, *Mater et magistra*, de João XXIII, apesar da invariável condenação por esta encíclica do comunismo e até, textualmente, do «socialismo moderado».

perda de referências confessionais, com ou sem abandono da religião pelos seus apoiantes.

Globalmente, tal evolução, catalisada em Portugal por uma consciência aguda do silêncio e da conivência da hierarquia da Igreja com os poderes político e económico, pode considerar-se uma das variantes do processo de radicalização anticapitalista que abrangeu diversos quadrantes oposicionistas. Para essa evolução contribuiu certamente também a inexistência de formas alternativas de enquadramento político pró-democrático dos católicos — com ou sem carácter confessional, mas decididamente fora do círculo de apoio ao poder a que o regime de Salazar os vinculava⁶⁰.

3. O APARECIMENTO DO PS SOB O SIGNO DO RADICALISMO PROGRAMÁTICO E DA BUSCA DA UNIDADE DE ACÇÃO COM O PCP

Para a oposição de esquerda marxista ou marxizante do início da década de 70 — a que poderíamos também chamar oposição social-comunista, por contraste com a plataforma liberal-socialista abandonada de facto pela ASP desde 1965, como vimos no capítulo inicial —, a exploração e repressão dos trabalhadores constituíam um dos domínios privilegiados de denúncia da oligarquia político-financeira, da qual o regime salazarista-caetanista seria a expressão institucional. A oposição responsabilizava os detentores do poder económico por toda a repressão exercida pelo aparelho de Estado, descrevendo-os, fundadamente ou não, como os seus comanditários e principais beneficiários. Do mesmo modo, responsabilizava os detentores do poder político pela reprodução das relações de desigualdade e das estruturas de exploração na vida económica portuguesa.

Este é apenas um exemplo do tipo de círculos viciosos com que se tentava representar toda uma realidade económica, social e política como um sistema fechado e quase sem dinâmica evolutiva interna, ou seja, um vasto conluio dos poderosos contra os trabalhadores. Perante um regime assim esquematizado em alto contraste, a oposição social-comunista acostumou-se a propor soluções consideradas únicas aptas a romper com o *status quo* e, em especial, a impedir a sua reconstituição futura. A necessária liquidação da oligarquia político-financeira implicaria, note-se, uma transformação revolucionária da sociedade e, inevitavelmente, um drástico reforço do intervencionismo estatal na economia durante um período de

⁶⁰ Essa a proposta do bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, em 1958, na sua célebre carta a Salazar.

transição que, como podia inferir-se pelas experiências alheias, tinha tendência para durar indefinidamente.

É neste quadro lógico sucintamente esboçado que se filiam os pontos programáticos apresentados publicamente sete meses antes do *25 de Abril* em conjunto por socialistas e comunistas, então em aproximação — experiência embrionária de união da esquerda, inspirada certamente na aliança PSF-PCF e na *Unidad Popular* chilena, mas que iria desfazer-se rapidamente após o *25 de Abril*. Se bem que rodeado ainda de manifestações de críspação e desconfiança mútua, o «Comunicado comum» PS-PCP de Setembro de 1973 — que fornece uma razão mais, e de peso, para se falar de «oposição social-comunista» — representava um passo inédito na direcção de uma possível unidade na acção. Em matéria de política económica e social a posição conjunta dos dois partidos apontava, num horizonte temporal imediato à desejada conquista do poder, para a «libertação de Portugal do domínio dos monopólios», o que se entendia facilmente como a expropriação dos grupos económicos, preconizada, aliás, nos programas de ambos os partidos.

Não chegaram já a definir-se, até Abril de 1974, os contornos da acção conjunta PS-PCP, cujo reforço então se acordara. Ficou, porém, claro, dado até o modo altaneiro e pouco conciliador para com os socialistas pelo qual o *Avante!* apresentou o «Comunicado comum» aos seus leitores⁶¹, que os comunistas se não dispunham a ceder «um milímetro no plano ideológico» em prol da dita acção conjunta e que, para eles, a cooperação com o recém-criado PS não significava de modo algum uma «aliança preferencial». Com efeito, segundo o PCP, já existiam formas apropriadas e originais de organização unitária do «movimento democrático», por este criadas «no próprio processo de luta»⁶², alusão transparente ao MDP — Movimento Democrático Português, nascido do órgão de combate eleitoral CDE e onde cabiam socialistas avulsos (inclusive membros do PS), católicos e outros democratas, mas sob a influência marcante dos comunistas, como já então se temia e mais tarde iria confirmar-se plenamente.

Apesar da sua determinação em celebrar o acordo interpartidário com os comunistas e, com isso, procurar também credibilizar-se como partido político, o PS parecia apostado em não se deixar enredar nas malhas estratégico-organizativas do PCP, o qual, por sua vez, dava mostras de não abandonar a sua pretensão de hegemonizar a esquerda. Perante a ameaça, mesmo remota, que o PS poderia vir a representar para essa hegemonia, assumia decisiva importância a existência do referido «movimento democrático» (com minús-

⁶¹ V., «Comunicado comum» e «Palavras claras» em *Avante!*, n.º 458, Outubro de 1973; cf. «Comunicado comum do PS e do PCP» em *Portugal Socialista*, nova série, n.º 2, Outubro de 1973.

⁶² «Palavras claras», cit. na nota anterior.

culas e com maiúsculas). Era ali, com efeito, que o PCP poderia atrair e manter na sua órbita política os quadros, os técnicos, os intelectuais, os católicos influentes, as profissões liberais e as bases em geral que, não sendo por várias razões recrutáveis directamente para o Partido Comunista, poderiam, sem aquela alternativa, ser atraídas pelo partido de Soares⁶³.

O fenómeno da radicalização anticapitalista da oposição ao Estado Novo tem o seu melhor paradigma no modo como o PCP, organização revolucionária ilegal, perseguida e relegada para as catacumbas pela polícia política durante mais de quatro décadas, conseguiu não obstante hegemonizar — ou manter a aparência de hegemonizar, beneficiando para isso também da obsessão anticomunista do governo — a resistência e a contestação ao regime durante a maior parte do tempo. Fê-lo não só canalizando e capitalizando habilmente a insatisfação popular, arcando com os custos mais pesados dessa luta e conjugando a acção mais persistente com os meios organizativos mais disciplinados, como também tentando impregnar com a sua influência doutrinária todo o combate oposicionista. A avaliar pelo caso da ASP/PS do início dos anos 70, essa influência parece ter sido muito significativa, sendo particularmente visível, como já foi dito, no campo das análises produzidas sobre a sociedade portuguesa. Com efeito, muitas das principais teses comunistas foram abraçadas ou retomadas pelos socialistas, que assim se iam vinculando também às soluções propostas pelos comunistas para os problemas diagnosticados.

Apesar disso, os comunistas, liderados por Cunhal, mantiveram sempre uma contundente atitude crítica em relação à ASP/PS, como em relação a qualquer pretensão alheia de representação política das classes trabalhadoras. No caso da ASP, constatando embora tratar-se de uma nova corrente política que inscrevia o socialismo como seu objectivo, o dirigente do PCP excluía-a em 1967 do campo da esquerda e achava que, pela sua «identificação com a social-democracia europeia», ela mantinha uma «estreita afinidade (nos objectivos, na acção política e na táctica) com a burguesia liberal, de que emana»⁶⁴.

Na verdade, desde os seus primórdios que o programa da ASP se situava claramente à esquerda, segundo critérios irrecusáveis pelos próprios comunistas, que, desse modo, só poderiam duvidar da sinceridade ou boa fé

⁶³ V. o caso de Pereira de Moura, um líder natural dos «católicos progressistas» ou «cristãos de esquerda» cuja adesão Soares procurou sem êxito assegurar para construir a componente católica do seu partido. O prestigiado professor foi atraído ao «movimento democrático» com maiúsculas, o MDP, do qual viria também a ser dirigente no pós-25 de Abril. Esta preferência dos católicos de esquerda pelo MDP resultaria, entre outras coisas, segundo Soares, de uma má percepção que eles teriam da ASP, como formação de *notáveis* impregnada de jacobinismo e com um estilo de trabalho diferente do deles. Sobre as razões do interesse dos comunistas pelos «católicos progressistas», e vice-versa, Tito de Morais afirmava em 1970 que o objectivo de ambos era o de «anular o movimento socialista», tido como a «força concorrente» a eliminar.

⁶⁴ Álvaro Cunhal, *Acção Revolucionária...*, cit., pp. 47-48.

dos seus autores. Se é um facto que os fundadores da ASP mantinham, mesmo antes de a organização aderir à IS, contactos e ligações com os meios sociais-democratas europeus, não é menos certo que Soares, Ramos da Costa ou Tito de Morais jamais se reclamaram da social-democracia. Assim terá sido, como Soares muitas vezes sustentou, não porque houvesse qualquer objecção de princípio à *social-democracia*, que para ele seria sinónimo de *socialismo democrático*, mas porque esse termo teria nos meios da esquerda portuguesa uma carga muito negativa. Basta, todavia, consultar a imprensa socialista anterior ao 25 de Abril para concluir que a ASP, o PS e o próprio Soares contribuíram activamente para a descredibilização do termo em Portugal. Apesar de Soares declarar repetidamente desde o tempo da ASP a necessidade de existirem, ao lado da corrente marxista, uma corrente social-democrática (significando *não marxista*) e uma outra de «socialismo cristão», a verdade é que havia muito quem na organização tentasse entronizar o socialismo marxista numa posição de exclusiva dominância⁶⁵.

Em 1970 já a ASP declarava abertamente situar-se numa linha de «inspiração profunda do pensamento marxista», que transparecia, aliás, claramente dos pontos programáticos da organização, ainda que com divergências assinaláveis relativamente ao PCP. Tal como ulteriormente o PS, a ASP reclamava-se, com efeito, do «socialismo democrático», ou «socialismo em liberdade», demarcando-se desse modo do comunismo em geral e do de tipo soviético em particular, para o qual a democracia parlamentar e os direitos e liberdades ditos «formais» (isto é, não sócio-económicos) representavam valores típicos da classe burguesa. No entanto, a ASP não enjeitava o património de conquistas sociais históricas alcançadas nas diferentes experiências do *socialismo real*, ainda que esse socialismo pudesse por ela ser qualificado de burocrático, totalitário e até «concentracionário». Na verdade, a ASP considerava «um marco fundamental na história da humanidade» a revolução socialista soviética, bem como as revoluções chinesa, cubana e jugoslava, com as suas «diferentes vias» e, por vezes, os seus «erros lamentáveis», mas enfileirando todas numa globalmente positiva «caminhada para o socialismo».⁶⁶ As tentações ou desvios

⁶⁵ É, a este título, sintomático o artigo radicalmente anticapitalista intitulado «A 'Declaração de Princípios' da ASP e o 'modelo' social-democrata», assinado por Joaquim Pinho, publicado com o maior destaque no jornal da ASP *Portugal Socialista*, n.ºs 31 e 33, de Março e Setembro de 1972. Propondo-se explicar o sentido do documento doutrinário fundamental da ASP, o autor condena a social-democracia em termos inequívocos, não apenas como doutrina, mas também como experiência concreta de governo na Inglaterra, Áustria, Suécia e Alemanha contemporâneas, acusando-a de não ter sequer resolvido o problema da miséria nesses países. Note-se que os sectores de opinião mais moderados estavam sub-representados nas páginas do *Portugal Socialista*, devido certamente à influência pessoal do radical Tito de Morais, que publicava o jornal em Roma.

⁶⁶ «Declaração de princípios da ASP», em *Para Uma Democracia Socialista em Portugal*, Roma, 1970, p. 7.

totalitários eram, pois, entendidos como acidentes mais ou menos evitáveis nessa caminhada, cuja rota principal era assegurada pela socialização dos meios de produção e sua gestão democrática pelos trabalhadores. Entre o marxismo-leninismo (nas suas várias versões) e a social-democracia dos anos 60-70, a ASP/PS pretendia que era possível uma síntese selectiva entre o princípio colectivista do primeiro e o princípio demo-liberal da segunda, excluindo, assim, os lados negativos de ambos. No socialismo de tipo soviético eram inaceitáveis para a ASP/PS o monolitismo político e a ausência de liberdades. Na social-democracia europeia repugnava aos socialistas portugueses o reformismo sócio-económico, a chamada «gestão do capitalismo», a marginalização da luta de classes, bem como a sua atitude, por vezes considerada dúbia, perante o colonialismo.

Da convicção de que experiências políticas por vezes tão distantes entre si integravam, apesar de tudo, a «grande família socialista», resultava que, se a ASP se declarava um movimento não comunista, repudiava, contudo, o anticomunismo, conotando-o com a propaganda reaccionária. Quando nos partidos comunistas de Itália, Espanha e outros triunfou a linha denominada eurocomunista⁶⁷, a ASP/PS, sem se identificar, naturalmente, com essa orientação, aparentava sentir-se muito mais próxima dela do que da social-democracia europeia. No pós-25 de Abril, o PPD de Sá Carneiro, que desde sempre se reclamou da social-democracia, tentará tirar partido, quer nacional, quer internacionalmente — nomeadamente como argumento junto da Internacional Socialista —, da denúncia dessas afinidades dos socialistas portugueses. Em 1976 Silva Marques sustentará que os socialistas haviam enveredado desde o início, ou seja, desde antes do 25 de Abril, por um caminho de contradição e ambiguidade ideológica, considerando-os uma espécie de «leninistas democráticos»⁶⁸. Na realidade, muitos dos fundadores

⁶⁷ O eurocomunismo, embora tivesse revelado traços diferentes de país para país, pode ser descrito como uma nova orientação de partidos comunistas europeus ocidentais ostentando alguma moderação ideológica, mais respeito pelas instituições democráticas «burguesas» e, sobretudo, certa independência em relação a Moscovo.

⁶⁸ J. A. Silva Marques, *Relatos da Clandestinidade*, Ed. Expresso, Lisboa, 1976, p. 362. O autor, dissidente do PCP em 1970 e aderente, no pós-25 de Abril, à social-democracia de Sá Carneiro, seguiu de perto em França a evolução política da esquerda francesa e, em paralelo, a actuação no exílio da ASP/PS e as suas relações com os comunistas do PCP. Nesta obra, Silva Marques sustenta que os socialistas portugueses, na sequência do elaboração do Programa Comum PSF-PCF em França (1972), não teriam entendido a estratégia do seu congénere francês ao aliar-se com o PCF — que, segundo o autor, seria «a tentativa de criar em França [...] uma alternativa social-democratizante de gestão e reforma do capitalismo». Segundo Silva Marques, os socialistas portugueses começaram então a «afirmar-se anticapitalistas, revolucionaristas, marxistas, quase leninistas-democráticos» (*loc. cit.*). A alegada incompreensão por Soares da suposta via social-democratizante dos seus camaradas franceses não resiste à análise. O *mitterrandismo*, como Harold Wilson lhe chamou, assentava desde 1972 numa política deliberada de aliança e coligação entre socialistas e comunistas, com um programa de governo divergente de todas as experiências socialistas e sociais-democráticas da

do PS tinham feito tirocínio na área ideológica marxista-leninista para depois se afastarem dela, não propriamente por abandono dos ideais colectivistas ou de uma visão estreitamente classista da sociedade e do mundo, nem sequer por reconhecimento do insucesso do modelo soviético, mas sim por condenação da falta de liberdades e da política de superpotência (ou «imperialista») da URSS, na sequência do esmagamento da revolução húngara, em 1956, e da Primavera de Praga, em 1968.

No início dos anos 70, a ASP, tentando fugir ao perfil de movimento político das classes médias ou da pequena burguesia com que o PCP e os grupos esquerdistas a tipificavam⁶⁹, propunha-se construir uma larga base de apoio nas classes trabalhadoras. Para atingir tal objectivo e dispor, além disso, de poder de atracção sobre os jovens, os socialistas estimavam — por convicção ideológica profunda ou por considerações de ordem táctica — que tinham de radicalizar o seu discurso, aproximando-se das análises e pontos programáticos dos comunistas, ainda que colocando um acento tónico claramente distintivo no primado das liberdades e na defesa do pluralismo democrático. Fora especialmente após o insucesso da participação autónoma dos socialistas nalguns distritos nas eleições de 1969 que a ASP sentira necessidade de «precisar» melhor a sua «definição ideológica», termos então usados por Tito de Morais, referindo-se ao ajustamento doutrinário consubstanciado na revisão do texto da «Declaração de princípios» da ASP, que teve lugar no 1.º semestre de 1970 e de que resultou um claro deslizar para a esquerda desse documento básico⁷⁰.

Fazendo vinte ou trinta anos depois o balanço daquele período, Mário Soares sustentou que teria sido então compelido a fazer cedências à «linguagem da época», por vezes com dúvidas e a contragosto, devido ao facto de a juventude portuguesa se encontrar radicalizada e de a ASP se achar «entalada» pelo PCP e pela extrema-esquerda na competição pela conquista desses jovens. Tendo sido, como atrás se disse, o benjamim do estado-maior do *revirinho* tradicional e tendo compreendido, desde pelo menos 1962, a importância decisiva do movimento estudantil, é natural que Soares tivesse uma preocupação quase obsessiva de rejuvenescimento da oposição e achas-

Europa ocidental até então. Mitterrand, por sinal, não preconizava tal aliança apenas em França, pois ainda em 1978 a aconselhou ao conjunto de países do Sul da Europa — Portugal incluído! — numa reunião de dirigentes socialistas e sociais-democratas europeus realizada em Elsinore. Os restantes dirigentes ali presentes, diga-se, opuseram-se totalmente a tal proposta (v. H. Wilson, *Final Term. The Labour Government 1974-1976*, Londres, 1979, p. 214).

⁶⁹ Nomeadamente em 1969, durante a campanha eleitoral para a Assembleia Nacional.

⁷⁰ Foram redigidas sucessivas versões da «Declaração de princípios» da ASP/PS: uma ou duas antes de 1970, uma em 1970, uma em 1971 e outra em 1973. Indica-se por isso aqui, sempre que possível, o respectivo ano.

se indispensável um recrutamento maciço de jovens valores para o seu partido.

Não parece, contudo, muito convincente a tentativa do antigo dirigente socialista de apresentar opções programáticas de primordial importância como meros compromissos táticos sacrificando ao «estilo da época» e ao «gosto da juventude» — termos igualmente empregues por Soares⁷¹. Com efeito, não se tratava apenas de linguagem ou estilo, mas da substância de uma política, do cerne doutrinário de um programa e de um movimento. Também não parece muito convincente a alusão aos gostos políticos alegadamente preponderantes na época quando pouco mais se conhecia do que as inclinações de uma minoria militante e estridente, geralmente radicalizada, ponta visível do icebergue em que a censura e a polícia política de Salazar haviam transformado a opinião pública portuguesa. Em contraponto àquelas alegações retrospectivas de Soares, é instrutivo consultar um seu texto de 1973, escrito no exílio, *Destruir o Sistema, Construir Uma Nova Vida*⁷², em que, num tom misto de advertência aos seus pares e de autocrítica enquanto dirigente, patenteava uma consciência aguda do erro político que seria «pautar o nosso comportamento pelas pressões do radicalismo juvenil». Porque, segundo ele, Portugal não se resumia à universidade e não podia permitir-se que, por efeito da «impaciência verbal dos nossos revolucionários de café», Marcelo Caetano pudesse transformar-se no «porta-voz efectivo das maiorias silenciosas».⁷³

Por outro lado, pode ser algo problemática a mera referência cronológica em causa (anos 60-70) como factor explicativo da radicalização programática dos socialistas, pois há sinais de radicalismo latente ou declarado muito antes, isto é, no final da segunda guerra. Com efeito, já as *bases* da União Socialista, elaboradas aquando da tentativa de criação dessa «organização partidária» em 1945, preconizavam no seu capítulo IV a «socialização dos meios de produção e circulação» com vista à «final supressão do salariato, do patronato e do lucro, renda e juro», bem como a substituição da propriedade privada pela propriedade social ou pública, a planificação da economia, etc. O capítulo XII desse documento precisava que os sectores prioritários a socializar (note-se bem: «a socializar com a maior urgência») eram a banca, os seguros, a energia eléctrica, as minas, as grandes empresas industriais, os transportes, as grandes propriedades agrícolas. Além disso, sobre os sectores que não fossem socializados na primeira fase deveria recair, segundo as ditas

⁷¹ M. J. Avillez, *op. cit.*, p. 246.

⁷² Texto publicado em Roma em Agosto de 1973. Trata-se do relatório apresentado por Mário Soares ao congresso da ASP realizado na Alemanha em Maio do mesmo ano, no qual foi decidido constituir o PS.

⁷³ *Destruir o Sistema...*, p. 49.

bases, «um imposto acentuadamente progressivo» — modo óbvio de sufocar o que ainda restasse da iniciativa privada. A União Socialista, esclareça-se, congregava boa parte da elite da oposição não comunista, um conjunto de personalidades nada aparentando de comum, à primeira vista, com um grupo de revolucionários maximalistas⁷⁴.

O programa de 1945 da União Socialista foi certamente influenciado pela política de nacionalizações ou de alargamento do sector público anunciada no fim da guerra em França, Inglaterra, Itália, etc. Não sendo um programa de governo, dado que em Portugal não tinham sido previamente restauradas as instituições democráticas, nem o seriam depois, o dito programa ia, todavia, muito mais longe no caminho da colectivização do que em França e Inglaterra se foi por essa altura. Com efeito, a União Socialista preconizava a imediata expropriação, em bloco, do grande capital, dos sectores-chave da indústria, de todo o sector financeiro e das grandes propriedades agrícolas, visando a curto prazo a socialização integral da economia, reservando embora nesta um papel substancial para a forma de exploração cooperativa⁷⁵.

Vinte anos volvidos sobre a segunda guerra, nenhuma democracia europeia ocidental dera, entretanto, novo alento à política de nacionalizações, quer porque a esquerda se manteve duradouramente afastada do poder em muitos desses países (em parte, talvez devido ao pouco entusiasmo que o prosseguimento dessa política despertava), quer porque os resultados da criação de um sector público produtivo estavam à vista, variando bastante de empresa para empresa, de sector para sector e de país para país, sendo umas vezes positivos, mas outras vezes indiferentes ou negativos tanto para o público como para os trabalhadores, sem haver nunca uma percepção nítida dos méritos ou deméritos da gestão estatal em si própria. A opinião pública francesa revelara-se em pouco tempo desiludida e na campanha eleitoral de 1951 nem os comunistas nem os socialistas propuseram novas nacionalizações. Em Inglaterra, já no final dos anos 50, apareceu no seio do Partido Trabalhista, apoiada pelo líder de então, Gaitskell, uma primeira corrente, dita revisionista, a combater o «mito da nacionalização»⁷⁶. O primeiro-ministro Harold Wilson

⁷⁴ Entre muitas outras figuras, contavam-se em 1945 na União Socialista António Sérgio, Jaime Cortesão, Adolfo Casais Monteiro, Sarmento Pimentel, José Magalhães Godinho, Teixeira Ribeiro, Mário de Castro, Mayer Garção, Dias Amado, Artur Santos Silva, Mário Cal Brandão, Gustavo Soromenho, Olívio França, António Macedo, Paulo Quintela, Sá Cardoso e Afonso Costa Filho (citados por Costa e Melo em «União Socialista — Elementos para o seu conhecimento», in *Polis*, nº 2, 1995).

⁷⁵ Importa observar que esta coloração cooperativista do programa da União Socialista poderia significar também na prática uma diferença abismal em relação aos projectos comunistas de estatização. Em França, em 1945, o cooperativismo foi muito claramente promovido como uma alternativa à estatização da economia.

⁷⁶ David Childs, *op. cit.*, pp. 94-95. Prematura ou precipitada, esta primeira corrente dessacralizadora das nacionalizações seria vencida dentro do *Labour Party*.

(1964-1970 e 1974-1976) nunca foi um entusiasta da extensão do sector público, embora o seu governo tenha, em 1967, voltado a nacionalizar a indústria do aço (privatizada pelos conservadores em 1953) e, anos depois, tentado salvar as decadentes indústrias automóvel, aeroespacial, de construção naval e outras, colocando-as sob o controle de uma *holding* estatal (1975). Na realidade, Wilson jogou toda a sua autoridade pessoal para contrariar a ala esquerda do *labour*, que, em 1973-1974, queria que o partido se comprometesse perante o eleitorado a nacionalizar 25 das maiores empresas privadas britânicas, depois de se ter falado de 100 ou 250 grandes empresas⁷⁷. Compreende-se que Wilson tenha granjeado uma imagem pouco positiva entre os socialistas europeus mais radicalizados, incluindo Mitterrand e os portugueses liderados por Mário Soares.

Em 1964-1965, aquando da criação da ASP, não pode dizer-se que a colectivização da economia tivesse ficado inscrita com muita nitidez no documento programático dos socialistas portugueses, apesar de nele se preconizar já a «planificação da economia nacional» (por forma a obter «uma repartição justa do rendimento»), a «nacionalização dos bancos emissores e das indústrias de base», uma reforma agrária e o encorajamento do cooperativismo⁷⁸.

A partir de 1970, porém, a «socialização dos meios de produção e de troca» e o estabelecimento de uma «economia planeada», tendo como objectivos finais a «edificação de uma sociedade sem classes», a instauração de uma «democracia integral» e a abolição do salariato e do lucro passaram a constituir explicitamente os grandes objectivos programáticos dos socialistas, constantes de uma nova versão da «Declaração de princípios» da ASP, refundida naquele ano⁷⁹. Nessa perspectiva, impunha-se à ASP «entrar na via das nacionalizações»⁸⁰. Os núcleos de socialistas no estrangeiro, que constituíam uma proporção significativa da organização, propuseram em 1970 um aditamento à «Declaração de princípios» segundo o qual deveriam ser de propriedade pública «os bancos, as indústrias de base de extracção e de

⁷⁷ Harold Wilson, *Final Term...*, cit., p. 30.

⁷⁸ «Declaração» de Novembro de 1964 (arquivo Mário Soares, pasta 0524,000, im. 83). É a versão original da mais tarde chamada «Declaração de princípios» da ASP. Foi reescrita e desenvolvida por volta de 1965-1966 (v. «Pontos de programa», arquivo Mário Soares, pasta 0524,000, im. 98), apresentando esta versão um parágrafo preconizando não só as nacionalizações acima referidas, como também a «regulamentação especial» de todas as outras empresas do sector financeiro e indústria farmacêutica, «tendente ao seu enquadramento nas actividades nacionalizadas».

⁷⁹ «Declaração de princípios da ASP», in *Para uma Democracia Socialista em Portugal*, cit., p. 7. Esta «Declaração de princípios» não é a original (v. nota anterior), mas sim a versão de 1970. Vem acompanhada de uma proposta de aditamento que a reformula num sentido mais radical em matéria de política económica e social, mas que não foi aprovada integralmente pela Convenção Nacional da ASP de 1970.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 8.

transformação, as comunicações e os transportes»⁸¹. A proposta não vingou, aparentemente por razões táticas, mas o Programa do PS (1973) já incluiria um extenso «plano das nacionalizações» que, escalonado por três fases, deveria conduzir a prazo à socialização integral dos meios de produção e distribuição⁸². A curto prazo, o Programa do PS preconizava a redução do sector privado «aos domínios não decisivos no processo de desenvolvimento económico», ficando ainda «subordinado ao planeamento geral», obrigado a «dirigir os seus capitais para fins produtivos e socialmente úteis» e «submetido ao controle dos trabalhadores»⁸³.

Igualmente de assinalar é a aguda demarcação que desde o início a ASP — como posteriormente o PS — estabeleceu entre o seu «socialismo democrático» e os movimentos (obviamente localizados na Europa ocidental) que, «dizendo-se socialistas ou sociais-democratas», acabariam por «servir, deliberadamente ou de facto, os interesses do capitalismo internacional e do imperialismo»⁸⁴. Esta acusação, que a ASP ritualmente levantava nos seus documentos oficiais e imprensa e que nenhuma organização leninista teria relutância em subescrever, visava um certo número de organizações aderentes à Internacional Socialista, embora nunca fossem apontados os partidos, os dirigentes ou os governos cuja acção era assim condenada.

Nem a adesão formal da ASP à Internacional Socialista, em 1972, alterou o que quer que fosse no seu discurso anti-reformista, o qual assumia forte aparência de tomar como alvo a orientação política do próprio SPD alemão e a actuação do governo de Willy Brandt e Helmut Schmidt, bem como a linha política dos sociais-democratas escandinavos. Com efeito, não eram alvos únicos dessa crítica o trabalhismo de Harld Wilson ou o socialismo «capitulacionista» de Guy Mollet, o dirigente da SFIO que chegara a mostrar-se, sob de Gaulle, «pronto a abdicar face ao capitalismo e a transigir com

⁸¹ *Ibid.*, pp. 9-10. Esse aditamento teria representado uma alteração significativa do documento original, que só falava da nacionalização de bancos *emissores* e, vagamente, de indústrias de base.

⁸² *Declaração de Princípios e Programa do Partido Socialista*, Textos «Portugal Socialista», Roma, Setembro de 1973 (esta brochura contém, a anteceder o primeiro Programa do PS, nova versão da «Declaração de princípios» da ASP, agora referida ao Partido Socialista). Segundo o programa do partido, deveria proceder-se numa primeira fase à «nacionalização dos bancos, dos *holdings* financeiros [*sic*], das empresas necessárias à promoção e arranque de regiões atrasadas, das empresas dependentes de privilégio político e das grandes empresas que exploram a produção e distribuição de energia, o armamento, as comunicações e os transportes, nomeadamente o grupo CUF, a Siderurgia Nacional, o complexo petroquímico de Sines e a Sacor». Numa fase seguinte nacionalizar-se-iam as «restantes indústrias de base, tanto extractivas como transformadoras», e «as empresas que se dirigem à satisfação das necessidades colectivas». Por fim, numa vaga terceira fase, proceder-se-ia à «socialização dos restantes meios de produção e distribuição».

⁸³ *Ibid.*, p. 18.

⁸⁴ *Ibid.*, pp. 7-8.

a guerra colonial» — segundo evoca Soares, que nos anos 60 o tinha como modelo de dirigente socialista a não imitar⁸⁵. Continuaram, pois, até 1974 a ser alvo de Soares os socialistas e sociais-democratas europeus ocidentais que, sem os nomear, via como «leais *gestores do capitalismo* num contexto reformista, por mais ousado que [este] seja»⁸⁶.

Ao pretender assim sustentar, contra a evidência do posicionamento colectivista, marxista e anticolonialista da ASP, hipotéticas afinidades matriciais dos socialistas portugueses com a burguesia liberal e o programa político desta, os comunistas negligenciavam o facto de que só no respeitante à restauração das liberdades democráticas e à instauração em Portugal de um regime de pluralismo partidário é que havia plena consonância entre os socialistas e os democratas liberais. Na verdade, para o PCP, o marxismo quasi-libertário ou quasi-liberal dos socialistas não era autêntico marxismo. Apesar da sua profissão de fé colectivista, o apego dos socialistas aos direitos e liberdades individuais ou à democracia pluripartidária e a denúncia explícita que faziam da ausência desses direitos e liberdades nas sociedades do Leste europeu constituíam motivos suficientes para que os comunistas desconfiassem profundamente da ASP e tentassem figurá-la no papel de defensora de projectos políticos e valores ditos burgueses. Tanto mais que, segundo o PCP, esses projectos haviam sido tornados definitivamente obsoletos, quer, em Portugal, pela experiência falhada da República de 1910-1926 — apresentada, assim, como o paradigma nacional da «democracia parlamentar» —, quer, numa perspectiva global, pela vitória do socialismo num quinto do planeta nas décadas do pós-guerra⁸⁷.

De facto, o líder do PCP sustentava que a «burguesia liberal» e, logicamente, os movimentos políticos que ele retratava como seus fiéis representantes não estariam mais «em condições de traçar a política do futuro Portugal democrático». Não se tratou, pois, de um desabafo momentâneo ou de uma afirmação isolada e inédita quando, numa entrevista concedida após o 25 de Abril, depois tornada célebre, o secretário-geral do PCP e membro do governo declarou que não tinha futuro em Portugal um sistema de democracia parlamentar⁸⁸. Ao longo de dezenas de anos, tanto perante o tribunal plenário, que em 1950 o condenou, como em 1967 e em 1974, Álvaro Cunhal afirmou sempre que um «regresso à República de 1910», ou seja, a um regime demo-liberal — ainda que sob o ponto de vista das liberdades

⁸⁵ M. J. Avillez, *op. cit.*, pp. 132 e 223.

⁸⁶ M. Soares, *Destruir o Sistema...*, cit., p. 42.

⁸⁷ A intervenção de Álvaro Cunhal no tribunal plenário em 1950 (v. a colectânea *A Defesa Acusa*, Ed. Avante!, Lisboa, 1975) já continha as teses que 25 anos depois Cunhal continuava a sustentar a tal respeito.

⁸⁸ Entrevista concedida à jornalista italiana Oriana Falacci.

isso pudesse representar uma «verdadeira libertação do povo» —, não só não era possível, como não era desejável⁸⁹. O dirigente comunista esteve sempre convicto de que, uma vez derrubado o Estado Novo, uma nova «República de 1910», mesmo «actualizada», apenas serviria para, «sob a carapaça democrática parlamentar», manter o «domínio dos monopólios, dos latifundiários e do imperialismo estrangeiro». Restaurar, pois, a República democrática sem tocar nas alegadas «bases sociais da reacção e do fascismo» (ou seja, os monopólios e os latifúndios, a que por vezes se acrescentavam as multinacionais instaladas no país) não só deixaria por resolver, segundo Cunhal, os problemas do povo e da nação, como ameaçaria a sobrevivência das próprias liberdades democráticas, já que estas «seriam incertas, instáveis e sujeitas a golpes reaccionários»⁹⁰.

Sobre esta pretensa fatalidade, a saber, a incapacidade de sobrevivência de um novo regime demo-liberal em Portugal, assentava o partido de Álvaro Cunhal as suas teses referentes à chamada *revolução democrática e nacional*, a qual, «libertando o país do domínio das forças reaccionárias», atalharia ao mesmo tempo o caminho para a construção do socialismo, sem ter de se passar pela restauração da precária democracia parlamentar⁹¹. Para viabilizar, pois, uma República democrática em Portugal seria necessário realizar profundas reformas sociais, como a nacionalização dos sectores fundamentais da economia e a reforma agrária, fazendo participar a classe operária (ou, em nome dela, o PCP) no governo da nação e democratizando todo o aparelho de Estado.

As posições do PCP sobre o fascismo, em geral, e o regime salazarista, em particular, espelhavam fielmente, em 1950 como nos anos 60-70, o esquematismo das teses estalinistas defendidas pelo Komintern desde os anos 20-30, inicialmente elaboradas para o caso italiano e, depois de sujeitas a várias emendas e afinações, estendidas a todos os regimes autoritários de economia capitalista. Postulando uma estreita relação instrumental entre a economia e a política, as teses a que Dimitrov, secretário-geral da Internacional Comunista, deu forma definitiva em 1935 sustentavam que o fascismo era a «ditadura terrorista aberta dos elementos mais reaccionários, chauvinistas e imperialistas do capital financeiro» ou, mais concisamente expresso, «o poder [político] do próprio capital financeiro»⁹² — o que visivelmente já diferia da anterior definição. Esta tese de sociologia política, se

⁸⁹ A. Cunhal, *Acção Revolucionária...*, cit., p. 39 e *A Defesa Acusa*, cit., pp. 27 e segs.

⁹⁰ A. Cunhal, *Acção Revolucionária...*, cit., p. 38.

⁹¹ V. os principais documentos políticos do PCP dos anos 60-70, desde o livro *Rumo à Vitória* (1.ª ed., 1964) à documentação dos VI e VII congressos (1965 e 1974, respectivamente).

⁹² G. Dimitrov, *Pour vaincre le fascisme*, Éditions Sociales Internationales, Paris, 1935, pp. 23-24..

assim devemos chamar-lhe, nunca foi ao longo dos anos posta em causa pelo PCP, mas apenas levemente modulada em adaptação ao caso português, com a menção das peculiaridades do capitalismo nacional, referências mais insistentes aos «grandes agrários», reconhecimento implícito da fraqueza do movimento operário em Portugal, etc. O atraso do capitalismo nacional podia, à partida, suscitar reservas sobre a aplicabilidade da fórmula da III Internacional ao caso português, mas, com o passar dos anos, a constatação do crescente poder do capital financeiro, resultante da «fusão íntima», que o próprio Estado Novo teria em boa parte promovido, entre o grande capital bancário e o industrial, vinha, afinal, confirmar plenamente aquela tese aos olhos dos dirigentes comunistas. Ao governo de Salazar não era reconhecida qualquer independência ou autoridade própria perante as forças «monopolistas» nacionais e internacionais que dominariam a política portuguesa: o ditador era representado por Cunhal como um «pobre títere do capital financeiro e do imperialismo»⁹³.

A concentração do poder económico nas mãos de um número reduzido de capitalistas era sugerida pelos partidos estalinistas através do emprego estereotipado da noção de *monopólio* e da expressão *grupos monopolistas* (note-se que até as empresas multinacionais eram denominadas «grandes monopólios internacionais»). Estes conceitos eram utilizados num sentido elástico, ideológico, que pouco tinha a ver com o conceito clássico de monopólio, isto é, o domínio exclusivo, *de jure* ou *de facto*, de uma actividade ou mercado por uma só entidade. O que era sugerido através dessas fórmulas era o enfeudamento do essencial da economia nacional a um pequeno grupo de protegidos do poder político que, esmagando milhares de «pequenas e médias» empresas ou impedindo o seu nascimento graças à política de condicionamento industrial, usufruíam de lucros excessivos e indevidos. Nos anos 60-70, porém, os próprios comunistas portugueses admitiam existir concorrência e rivalidade no seio daquela «dúzia» de grupos económicos nacionais apelidados de monopolistas, mas essas rivalidades seriam muito menos «agudas» — o termo é de Cunhal — do que a competição que opunha os grupos económicos individualmente ou em conjunto aos «pequenos e médios». Uma ideia-força que a propaganda comunista-stalinista desde sempre tentava veicular através de tais formulações — ideia, aliás, rejeitada ulteriormente pela generalidade das interpretações históricas, incluindo algumas marxistas, sobre os regimes fascistas⁹⁴ — era a da restrita (e «cada vez mais restrita») base social de apoio tanto do fascismo como do capitalismo dito monopolista. A proximidade do fim de ambos seria assim natural, por-

⁹³ Álvaro Cunhal, *Rumo à Vitória*, Porto, 1974, p. 113.

⁹⁴ Pierre Milza faz uma boa revista da questão em *Les fascismes*, cit., cap. 5.

que do interesse da quase totalidade da população, incluindo vastos sectores da pequena e média burguesia, supostas vítimas dos «monopólios».

Apesar destas apreciações e previsões, que os factos revelaram como infundadas, as fórmulas estalinistas sobre o fascismo foram-se mantendo basicamente inalteradas, associadas no pós-guerra à teoria do *revanchismo* das forças económicas monopolistas derrotadas, uma vez que estas, não tendo sido liquidadas na sequência da (sua) derrota, teriam gradualmente restaurado o seu poderio na Europa do pós-guerra sob a capa da democracia parlamentar. Em Portugal, essas fórmulas passaram nomeadamente a servir para explicar que, se o país era pobre e atrasado, se a indústria era incipiente e a agricultura «indigna do nosso século» (Cunhal), se havia fortes desequilíbrios regionais e sectoriais e se os recursos nacionais não eram aproveitados, isso devia-se ao facto de um pequeno número de monopolistas (e latifundiários) entravarem o desenvolvimento das forças produtivas, «sacrificando em benefício próprio os interesses do povo e do país»⁹⁵. Sem jamais colocarem grande afinco na demonstração de tal tese, que desafiava os fortes indícios de que o desenvolvimento das forças produtivas no Portugal do século XX estava, pelo contrário, particularmente ligado à acção dos grupos ditos «monopolistas», os comunistas concluíam que o desenvolvimento económico geral, a industrialização e o aproveitamento das riquezas nacionais em benefício do povo só eram viáveis se o «poder dos monopólios» fosse liquidado, logo, se os grupos económicos fossem expropriados.

Segundo o PCP sustentava ainda nos anos 60 e 70 — inclusive no texto do programa partidário aprovado em Outubro de 1974, documento que continuava, no essencial, sintonizado com as velhas teses do Komintern —, o 28 de Maio de 1926, embora protagonizado por militares, teria sido «preparado e executado pelas forças do grande capital e dos grandes agrários» com dois objectivos fundamentais. Em primeiro lugar, arredar do poder e arruinar a pequena e média burguesia, lançando para esse efeito uma «verdadeira cruzada de expropriação» dos pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores. O documento esquivava-se à prova de que os 48 anos de governo autoritário tivessem *realmente* produzido a ruína da pequena e média burguesia em Portugal, fazendo dela, por consequência, uma massa proletarizada⁹⁶.

⁹⁵ A. Cunhal, *Rumo à Vitória*, cit.

⁹⁶ Pereira de Moura, habitualmente circunspecto em matérias da sua jurisdição, acabou conquistado para a tese, jamais provada, da «expropriação» e proletarização maciças dos pequenos e médios comerciantes e industriais pelos «grupos monopolistas». Em *O Projecto Burguês do Governo Socialista*, (*op. cit.*, pp. 44-45), declarava o economista: «O processo de concentração capitalista em Portugal estava a ser rápido e profundo antes do 25 de Abril — que o digam as centenas de médias empresas subjugadas, os milhares de pequenos comerciantes e industriais proletarizados ou a caminho disso». Ainda que pontualmente verdadeiros, os factos aludidos não autorizavam a conclusão de que globalmente se tivesse verificado uma proletarização.

Em segundo lugar, o *28 de Maio* teria visado «entravar o desenvolvimento do movimento operário», já que seria absurdo pretender, na esteira das análises de Dimitrov sobre os casos italiano e alemão, que em Portugal a ofensiva fascista tivesse surgido para aniquilar um poderoso movimento operário, comparável de perto ou de longe ao que existia naqueles dois países. Segundo este documento do PCP, nos «últimos anos» do Estado Novo (nos anos 60-70, presume-se) o capitalismo monopolista teria entrado numa nova fase em Portugal, a do *capitalismo monopolista de Estado*. O novo período caracterizar-se-ia pelo facto de o Estado Novo, que interviu ao longo das décadas anteriores em todos os aspectos da vida económica, ter fundido o «seu poder com o poder dos monopólios já dominantes», colocando agora todos os meios do Estado ao serviço desses monopólios e «constituindo com eles um *mecanismo único*»⁹⁷. Donde se concluía pela conhecida impossibilidade — agora ainda mais terminante e inexorável do que no passado — de acabar com a «ditadura fascista» e impedir a sua restauração sem a prévia «liquidação do poder dos monopólios».

Todos estes temas e teses encontravam um eco maior ou menor no posicionamento quer dos socialistas da ASP/PS, quer da esquerda católica, para não citar as várias correntes ditas *esquerdistas*, sempre preocupadas em ultrapassarem o PCP no radicalismo das suas análises e propostas. Também ao centro e centro-esquerda se constatava alguma permeabilidade àqueles temas e teses, incluindo por parte de um grupo de figuras «liberais» e socialis-democratas, acima já referidas, que iriam participar após o *25 de Abril* na criação do PPD e entrar nos primeiros governos provisórios. Havia neste grupo, é certo, posições dissonantes de alguns elementos que permaneciam cépticos em relação a propostas de extensão do sector público ou de criação de novas modalidades de intervenção estatal na economia, desejando até, pelo contrário, a extinção das antigas. Por outro lado, quando falavam da necessidade de submissão do poder económico ao poder político, nem todos entenderiam o mesmo. Não obstante, o próprio Francisco Sá Carneiro, deputado reformista e «liberal» na Assembleia Nacional e insuspeito de contágio marxista, declarava em 1971 acreditar que em «muitos sectores» da sociedade ou da economia portuguesa se teria de caminhar para soluções «necessariamente socializantes», no quadro de uma alegada aproximação cada vez maior, a nível internacional, do sistema capitalista em direcção a «soluções socialistas e socializantes»⁹⁸.

⁹⁷ *Programa e Estatutos do PCP*, Ed. Avante!, 1974, p. 29.

⁹⁸ *A Liberalização Bloqueada* (entrevista de Sá Carneiro a Jaime Gama, Lisboa, Moraes, 1972, p. 9).

4. CONCLUSÕES

Tem, pois, todo o cabimento falar-se da existência em Portugal, antes de Abril de 1974, de um notável consenso ou confluência programática entre vastos sectores da oposição — incluindo nesta até alguns descontentes da orla do regime que nem sempre se demarcavam dele abertamente — em favor de nacionalizações mais ou menos amplas e de uma planificação económica global e de carácter socializante. Estas duas propostas, de sentido complementar, eram algo dogmaticamente encaradas num amplo arco de tendências oposicionistas como receitas salvadoras para pôr fim ao atraso económico, às assimetrias regionais do desenvolvimento, ao baixo nível de vida da população trabalhadora, à emigração maciça, etc. Se razões económicas e sociais deste teor dominavam muitas vezes a retórica pró-nacionalizações, aquilo porventura que parecia constituir a argumentação mais influente sobre a opinião pública era a insistência na temática eminentemente política dos *excessivos poderes* detidos por um punhado de «monopolistas». Estes furtar-se-iam não só aos mecanismos de controle estatal, uma vez que o Estado lhes estaria cada vez mais enfeudado⁹⁹, mas também — por vício do sistema político — ao controle pelos eleitores, pelos meios de comunicação social, pelos grupos de opinião e pela própria organização corporativa, instituição emblemática do regime. Daí o consenso mais ou menos amplo entre os críticos do regime quanto à necessidade de medidas de política «antimonopolista» — ainda que nem todos pensassem que os interesses dos «monopolistas» se opusessem frontal e necessariamente aos do desenvolvimento do país.

Parece esta constatação insuficiente, no entanto, para se fazer entrar em cena o conceito de *cultura política*, sobretudo referido restritivamente às elites oposicionistas, como elemento explicativo da consensualidade que existia nos anos 60-70 no seio da oposição a favor das nacionalizações e outras medidas socializantes. Em nossa opinião, o conceito de cultura política estaria aqui preferencialmente vocacionado para designar, de forma mais abrangente e numa perspectiva de tempo longo, um conjunto de atitudes, posições e hábitos reveladores da crescente interiorização pelas várias elites nacionais e pela população em geral do princípio genérico do intervencionismo estatal na economia, independentemente das modalidades concretas e do sentido político dessa acção do Estado. Tais modalidades concretas iam, com

⁹⁹ Nomeadamente pela via dos empregos que, quando deixavam os seus cargos, os membros do governo obtinham em grandes empresas. Foi dos temas mais glosados por toda a oposição o dos empregos rendosos dos políticos e, em geral, o da interpenetração da classe política com o poder económico. Raul Rego desenvolveu o tema em *Os Políticos e o Poder Económico*, Lisboa, 1969.

efeito, das diferentes versões da «acção supletiva do Estado» ou «direcção superior da economia» postas em prática pelo governo de Salazar até às medidas especificamente preconizadas pela oposição — a extensão do sector público e a planificação socializante, reveladoras de uma orientação política bem distinta da do governo. Poder-se-iam apontar outras diferenças, mas também outras afinidades (o nacionalismo económico, por exemplo, era outro ponto convergente) entre os dois modelos de intervencionismo estatal na economia, o do governo e o da oposição.

Falaríamos pois, de preferência, de uma cultura política nacional marcada pelo intervencionismo estatal na economia ou — dito de outra maneira — de uma tradição de intervencionismo económico do Estado enraizada na cultura política portuguesa ao longo de quase todo o século XX e partilhada pelas diferentes correntes e sectores políticos, quer da oposição republicano-social-comunista, quer da «situação» salazarista. Inversamente, teria de se integrar num conceito de *contracultura política* o conjunto das atitudes, posições e mentalidades — plausivelmente marginais — favoráveis nesse período ao «menos Estado», à primazia da regulação de mercado, à livre iniciativa, ao autogoverno da sociedade civil e ao desmantelamento das barreiras que isolavam Portugal da Europa.

Com efeito, desde pelo menos os anos 20 até final dos anos 70, tanto as políticas económicas do governo como os principais programas oposicionistas foram criadores e continuadores daquilo que hoje apelidaríamos de tradição do intervencionismo económico estatal na cultura política portuguesa. Essa tradição, se não constitui propriamente uma afinidade ideológica entre o poder salazarista e a oposição, revela a aceitação por campos ideológicos tidos por antagónicos de um papel decisivo do Estado na direcção da economia. Um conceito de *cultura política* mais abrangente do que o da «cultura política do Estado Novo» ou o da «cultura política das elites da oposição»¹⁰⁰ faria, pois, sobressair factores estruturais que, tanto à esquerda como à direita, contribuíram para a aceitação e o enraizamento do intervencionismo económico estatal. Teria ainda o condão de sublinhar como o Estado Novo, interventor em nome do «superior interesse da nação» (*versus* interesses particularistas) e do interesse nacional (*versus* interesses estrangeiros), promoveu atitudes, hábitos e mentalidades favoráveis à propagação do princípio defendido pela oposição de um acrescido protagonismo económico do Estado, ainda que de sentido político muito diferente.